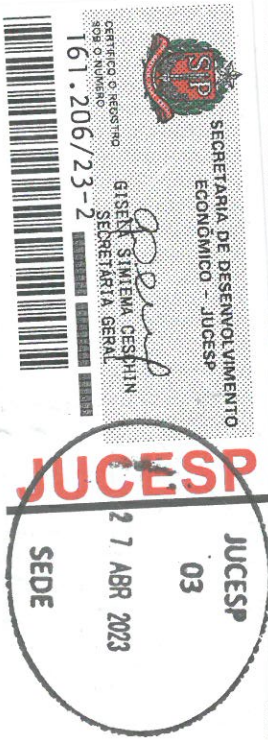




# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022







Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

### Senhores Acionistas,

A Telefônica Brasil S.A. (B3: VIVT3, NYSE: VIV) submete à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### mensagem da administração

Marcado pela retomada gradual da economia no País, o ano de 2022 consolidou o papel essencial da conectividade como um dos principais meios para impulsionar a transformação social.

Nesse sentido, o propósito da Vivo de "Digitalizar para Aproximar" - e sua ação apoiando as empresas e o dia a dia das pessoas - foi fundamental para que acelerássemos o convite de copresidência a Força Tarefa de Digitalização do B20, o grupo de líderes empresariais que desenvolve recomendações de políticas públicas para o G20. A principal conclusão do relatório final foi que priorizar o setor de conectividade na agenda pública é imprescindível para garantir uma transformação digital inclusiva.

O ano passado também ganhou destaque pela chegada efetiva do 5G no País, o que nos torna protagonistas do futuro da tecnologia: a ativação da quinta geração, na frequência 3.5 GHz, para redes móveis já é realidade nas 27 capitais. Em 2023, chegaremos a mais localidades, revolucionando diversos setores da indústria brasileira, como o agronegócio. Nossos clientes contam, ainda, com a maior cobertura móvel em 4G - além de 4G e 3G - e com a principal rede de fibra da América Latina. Encerramos 2022 em posição de liderança absoluta do mercado com mais de 23 milhões de domicílios cobertos em 409 cidades brasileiras. Tudo isso mostra que **#temVivoPraTudo** - um dos pilares estratégicos da empresa - e que só aqui o cliente pode ter uma oferta total e convergente. Esse foi um dos atrativos para aqueles clientes de telefonia celular que chegaram após a aquisição de parte dos ativos da Oi Móvel, além da maior experiência e qualidade de conexão do País. Abovamos cerca de 9 milhões de acessos em 2022, consolidando o maior número do Brasil: 112 milhões de acessos totais. Destaque para a região Nordeste, onde alcançamos a liderança do mercado em Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Esses clientes passaram a contar com uma infraestrutura 4G, 4.5G e 5G de qualidade e serviços digitais inovadores.

O último ano marcou a consolidação da Vivo como um ecossistema de tecnologia. Lançamos a **OV**, marca própria de acessórios, com produtos para smartphones como capas, películas, cabos e carregadores, alinhando design a um ótimo custo-benefício. Para as lares dos clientes, fortalecemos o segmento de casa inteligente, agregando a internet via fibra para aqueles que têm interesse em transformar suas residências em ambientes **high tech**. Tivemos forte desempenho na venda de dispositivos, entre lâmpadas e câmeras inteligentes, sensores e repetidores Wi-Fi, entre outros. Além disso, seguimos crescendo em número de assinantes do Vivo Guru, marca utilizada nos serviços de instalação, configuração e orientação de itens de tecnologia. E, para proporcionar a melhor experiência em nossas 1.8 mil lojas físicas, inauguramos novos espaços e levamos o nosso conceito arquitetônico com sala dedicada a clientes corporativos.

Concluindo a *joint venture* com a Ânima Educação e anunciando a criação do **VivaE**, o qual chegou ao mercado com uma estratégia direcionada a cursos livres de capacitação, com foco em educação continuada e empregabilidade. Na área da saúde, reformulamos o **Vida V**, e, no setor financeiro, seguimos com o **Vivo Money**, que conta com uma carteira de R\$ 180 milhões em empréstimos pessoais. No entretenimento, seguimos evoluindo nossas parcerias de conteúdo com planos com grandes players do mercado como Netflix, Disney+, Amazon Prime Video, Spotify. Também ampliamos nossas opções ao lançar o **Vivo Play App**, serviço de assinatura que oferece uma grande variedade de conteúdo a um preço acessível. Nossa *marketplace*, o **Vivo Shopping**, segue apoiando os clientes na digitalização e conta, hoje, com mais de 70 mil itens.

A construção de uma nova cultura corporativa, como a adesão ao home office por muitas empresas e os novos hábitos de consumo tecnológico, ampliaram os investimentos em soluções de Cibersegurança e Cloud. Esse

cenário refletiu nos resultados da nossa divisão empresarial. Consolidamos nossa atuação com a operação da Telefônica Tech - holding de serviços digitais e tecnologia do Grupo Telefônica. Levamos para o mercado um portfólio mais robusto de soluções, contemplando iniciativas em Cibersegurança, Cloud, IoT e Big Data, que já representa R\$ 2,7 bilhões do faturamento. Avancamos em ações verticalizadas que contribuíram, por exemplo, para o aumento de produtividade no agronegócio por meio de um amplo ecossistema digital. Além da conectividade com redes públicas ou privadas, as iniciativas incluem itens que otimizam o dia a dia no campo com muito mais inteligência, tornando a operação mais eficiente. No segmento de soluções digitais empresariais, anunciamos a aquisição da **Via IT**, integradora de tecnologia que atende companhias de diferentes portes. Com esse movimento, fortalecemos, ainda mais, o posicionamento de referência nacional como integradora de soluções de rede e ampliamos o nosso ecossistema digital.

No último ano, também apostamos na inovação com a criação do **Vivo Ventures**, fundo de CVC (Corporate Venture Capital) de R\$ 320 milhões para investir em startups brasileiras com soluções nas áreas de Entretenimento, Casa Inteligente, Marketplace, Saúde, Finanças e Educação - setores-chave para o posicionamento da Vivo. Fizemos um aporte de R\$ 10 milhões na Klubi, a primeira *fintech* autorizada pelo Banco Central a operar como administradora de consórcios no País. Investimos cerca de US\$ 3 milhões na Klavi, empresa focada em *open finance* e soluções B2B e B2C que tem a tecnologia como ponto de partida para diversos serviços, como por exemplo, ajudar na modelagem de risco para concessão de crédito. Reforçamos, assim, nosso pilar **#temTudoaoVivo**. Inovamos, também, com a marca **Terra**, ao anunciarmos o posicionamento do portal como uma *mediatext*. Além disso, aceleramos os investimentos em patrocinios, como a Parada do Olhinho LGBT+, a Brasil Game Show e a cobertura da Copa do Mundo de futebol, retomando, assim, o protagonismo do País em grandes coberturas e em editoriais que abordam temas ligados à diversidade.

Para garantir a melhor experiência dos nossos clientes, focamos na qualidade dos serviços e no relacionamento por meio de todos os pontos de contato, do presencial ao virtual. Essa estratégia é desenvolvida no pilar **#temVivo**. Seguimos investindo e aprimorando o nosso principal canal de interação com os clientes, o app Vivo, que hoje conta com mais de 80 milhões de acessos por mês e 21 milhões de usuários únicos. No último ano, alcançamos um valor histórico de satisfação de Employee Net Promoter Score (eNPS), que só foi possível porque a nossa cultura interna não é diferente da premissa do negócio: ter o digital combinado com o fator humano como a base de tudo. O momento atual pede a evolução da cultura das empresas para um valor justoamente mais digital e colaborativo, assim como exige grupos plurais e diversos trabalhando juntos.

Aqui, acreditamos que diversidade é um pilar primordial na cultura e a consideramos um diferencial para a inovação. Para fomentar a inclusão, investimos em programas de *trainee* e estágio com 50% das vagas locais em talentos negros. Hoje, temos 23% de colaboradores pretos trabalhando na Vivo e chegamos também a 27% delas na liderança e queremos ampliar essa presença na Companhia, propondo atingir um indicador igual ou maior que 30% em cargos de liderança até 2027. Em 2022, nos tornamos a primeira do setor a aderir aos movimentos da *Ambição 2030*, liderada pela ONU Brasil, para impulsionar ações de impacto pelas empresas em contribuição à sociedade: "Ambição Net Zero", "Elas Lideram", "Raça é Prioridade", "Mente em Foco" e "Salário Digno". A adesão reitera nosso compromisso de avançar em iniciativas que contribuam, de modo efetivo, para as questões sociais e ambientais no Brasil.

Para ampliar a presença de mulheres em cargos de gestão, promovemos programas para formação e desenvolvimento de lideranças dedicados, exclusivamente, a elas, como o **WIL - WOMEN IN LEADERSHIP**. Temos o desafio, junto à ONU, de chegar a 30% de mulheres em cargos diretivos até 2025. Nosso Conselho Administrativo já conta com 33% de presença feminina e o programa "Mulheres de Fibra" reúne mais de 300 profissionais nas funções de campo, como reparo e instalação. Em 2022, integramos pela primeira vez o Top 100 do *Refinitiv Global Diversity & Inclusion Index*, que classifica mais de 12 mil companhias em todo o mundo e identifica as 100 principais empresas de capital aberto com os locais de trabalho mais diversos e inclusivos, conforme aferição de 24 métricas separadas em quatro pilares principais. Também fomos incluídas, pela primeira vez, no *Bloomberg Gender-Equality Index 2022* (GEI), um índice ponderado pela capitalização de mercado, que tem como objetivo acompanhar o desempenho de empresas de capital aberto comprometidas com a transparência na geração de relatórios de dados sobre gênero. Ao todo, são 418 empresas, em 45 países e regiões, participantes do GEI.

o menor crescimento da atividade econômica global sugerem desaceleração do PIB brasileiro, para aproximadamente 0,8%, segundo a pesquisa Focus.

### DESEMPENHO FINANCEIRO

Em 2022, a Receita Líquida da Companhia cresceu +9,1% a/a e atingiu R\$ 48.041,2 milhões (R\$ 44.032,6 milhões em 2021), alcançada pelo crescimento da receita móvel, seguida pelos serviços de fibra, como FTTH e IPTV, e Dados Corporativos, TIC e outros.

### NEGÓCIO MÓVEL

A **Receita Líquida Móvel** avançou 12,6% em 2022, suportada pelo desempenho da **Receita de Serviço Móvel**, que cresceu 12,1% a/a, e pela **Receita de Aparelhos** (+17,5% a/a). A performance reflete o incremento expressivo da base de clientes, principalmente em função da incorporação dos clientes da Oi móvel, e os reajustes anuais de preço. A **Receita de Pós-pago**, que representa 80% da receita de serviço móvel, cresceu 11,4% a/a devido aos reajustes anuais de preço e aumento da base de clientes. Em 2022, adicionamos cerca de 9 milhões de acessos pós-pago, provenientes da aquisição da Oi Móvel, da migração de clientes pré-pago para controle e o dado positivo de portabilidade de outras operadoras.

A **Receita de Pré-pago** aumentou 15,1% na comparação anual em função do aumento de 14,6% da base de clientes, impulsionada pela incorporação de clientes adquiridos da Oi Móvel.

A venda de smartphones compatíveis com 5G e a ampla oferta de acessórios contribuíram para um incremento de 17,5% na **Receita de Aparelhos** em comparação à 2021.

### NEGÓCIO FIXO

A **Receita Líquida Fixa** cresceu 2,1% a/a, impulsionada pela maior representatividade da **Receita Core Fixa** (+11,5% a/a), que corresponde a 74,0% (+6,2 p.p.) da receita líquida fixa. A contribuição desse negócio para o crescimento de receita total da Companhia é uma mudança estrutural de nosso mix de receitas, resultado da decisão estratégica de focar os investimentos em tecnologias mais avançadas, como fibra e serviços digitais B2B.

A receita *core fixa* aumentou 9,8% a/a em 2022, impulsionada pelo desempenho da **Receita de FTTH** (+22,0% a/a). Em 2022, nossa rede de fibra até a casa do cliente chegou a mais 82 novas cidades, adicionando 3,7 milhões de casas passadas e 0,9 milhão de casas conectadas. Essa velocidade na expansão da nossa rede e na conexão de clientes nos permite manter o forte crescimento da receita de fibra.

A **Receita de IPTV**, produto associado à conectividade de fibra, avançou 7,2% a/a, mesmo com uma ligeira redução da base de acessos (-2,0% a/a).

A forte performance da **Receita de Dados Corporativos, TIC e outros**, de 16,1% a/a em 2022, é resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que inclui, além da conectividade, soluções de cloud, TI, equipamentos e cibersegurança, entre outros, nos permitindo auxiliar empresas de diversos portes a digitalizarem suas operações.

### CUSTOS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R\$ 28.759,7 milhões no ano, um aumento de 14,9% quando comparado a 2021 (R\$ 25.025,4 milhões). Esse aumento é reflexo dos maiores custos com serviços digitais e venda de aparelhos e acessórios, com contrapartida no incremento de receitas, além de maiores despesas com remuneração variável e contratação de novos colaboradores, parcialmente compensado pelas constantes iniciativas de digitalização e eficiência, com incentivo do uso dos canais digitais nas vendas de produtos, serviços, recargas, e pagamentos, crescente adoção do *e-billing* e redução de chamadas no *call center*, além do rigoroso controle da provisão para devedores duvidosos.

### EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 19.281,5 milhões em 2022, um aumento de 1,4% a/a (R\$ 19.007,2 milhões em 2021). A Margem EBITDA alcançou 40,1% em 2022, redução de 3,0 p.p. em relação a 2021 (43,2%).

Em R\$ milhões - Consolidado	2022	2021
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial	6.621,6	6.968,9
Despesas de depreciação e amortização	10.309,5	9.688,7
Em custos dos serviços prestados	1.521,7	1.506,9
Em despesas gerais e administrativas	828,7	842,7
<b>EBITDA</b>	<b>19.281,5</b>	<b>19.007,2</b>

a) EBITDA	19.281,5	19.007,2
b) Receita Operacional Líquida	48.041,2	44.032,6
a) / b)	40,1%	43,2%

### RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido de 2022 atingiu R\$ 4.057,9 milhões (R\$ 6.229,4 milhões em 2021), redução de 34,9% a/a. A Margem Líquida da Telefônica Brasil em 2022 foi de 8,4% (14,1% em 2021). O resultado reflete o efeito do reconhecimento de créditos fiscais em 2021, além do incremento da despesa financeira em 2022, em função do maior endividamento e subida da taxa de juros no comparativo anual. Além disso, houve aumento da depreciação e amortização no período, dada a amortização de licenças de espectro adquiridas em novembro de 2021 e dos ativos intangíveis adquiridos da Oi móvel em abril de 2022.

Em R\$ milhões - Consolidado	2022	2021
a) Lucro líquido do exercício	4.057,9	6.229,4
b) Receita Operacional Líquida	48.041,2	44.032,6
a) / b)	8,4%	14,1%

1 Total de receitas da Companhia, excluindo *voce fixa*, *xDSL* e *DTT*.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado
ATIVO	Nota	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
<b>Ativo circulante</b>		<b>15.771.846</b>	<b>20.655.171</b>	<b>17.283.910</b>	<b>21.060.168</b>	<b>20.825.429</b>	<b>22.170.720</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.359.061	6.187.360	2.273.834	6.448.483	1.975.432	888.324
Aplicações financeiras	4	1.016	30.109	1.016	30.109	7.169.209	7.085.058
Contas a receber	5	8.393.728	8.064.097	8.691.114	8.100.269	8.468.819	7.415.798
Estoque	6	783.041	632.514	789.724	639.825	1.064.338	3.064
Despesas antecipadas	7	983.508	1.004.786	1.141.521	1.006.425	1.046.039	1.097.512
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.c	574.284	376.750	622.460	382.386	4.265.715	3.187.417
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	2.528.119	3.704.407	2.571.170	3.716.169	698.098	1.878.086
Depósitos e bloqueios judiciais	10	591.275	105.876	592.365	106.963	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19.b	15.422	12.396	6.451	113.501	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	32	113.501	6.451	113.501	6.451	1.465.039	1.097.512
Outros ativos	11	428.891	530.425	487.201	623.088	1.878.086	702.314
<b>Ativo não circulante</b>		<b>100.822.503</b>	<b>94.611.264</b>	<b>101.837.573</b>	<b>94.603.365</b>	<b>27.365.180</b>	<b>23.017.908</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>5.247.225</b>	<b>5.418.518</b>	<b>5.845.943</b>	<b>5.734.277</b>	<b>48.190.609</b>	<b>45.339.439</b>
Aplicações financeiras	4	43.295	37.044	43.522	37.128	60.980	21.522
Contas a receber	5	399.029	470.882	399.029	470.882	106.438	97.668
Despesas antecipadas	7	978.121	442.263	993.391	442.268	2.648.391	1.719.528
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.e	-	-	379.093	121.748	3.831.721	4.172.044
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.c	-	2.692	-	2.692	6.129.243	5.602.382
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	861.397	1.340.869	869.466	1.340.872	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais	10	2.611.639	2.560.421	2.790.618	2.724.215	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	32	44.522	54.433	44.522	54.433	-	-
Outros ativos	11	309.222	509.914	326.308	539.929	-	-
Investimentos	12	6.444.663	707.008	368.195	356.290	-	-
Imobilizado	13	45.367.102	44.387.672	45.898.185	44.408.491	-	-
Intangível	14	43.763.513	44.098.066	49.725.250	44.104.307	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>116.594.349</b>	<b>115.266.435</b>	<b>119.121.483</b>	<b>115.663.533</b>	<b>68.403.740</b>	<b>69.927.196</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ainda sobre os critérios ESG, construímos nosso Plano de Negócio Responsável, contribuindo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em linha com o nosso pilar **#VivoSustentável**. Em 2022, reforçamos, ainda mais, nosso compromisso com a emissão de R\$ 3,5 bilhões em debêntures. Para isso, utilizamos o instrumento Sustainability-Linked Bond (SLB), que vincula o *recruto* às metas ESG, com redução de 40% das emissões de gases de efeito estufa do escopo 1 até 2027, frente a 2021, e 30% de negros em cargos de liderança até 2027. São compromissos que dialogam com nossas metas internas e reforçam a sustentabilidade em nossa estratégia de negócios. Somos uma empresa 100% carbono neutro e com energia renovável desde 2019 e, dentro do programa de Geração Distribuída, encerramos o ano com 48 usinas instaladas.

Queremos engajar nossa cadeia de valor nessa jornada ESG e estamos atuando para reduzir emissões dos fornecedores até 2024. E, ainda, fechamos os últimos 12 meses com todas as metas atingidas no nosso programa de logística reversa de resíduos eletrônicos, o "Recicte com a Vivo". São mais de 5 milhões de itens recolhidos desde 2006 e 11,1 toneladas de resíduos reciclados em 2022.

Nossas soluções digitais para os clientes B2B, baseadas em Cloud, Cibersegurança, IoT e Big Data passaram a ser certificadas com o selo de sustentabilidade Eco Smart, que avalia aspectos de eficiência energética, redução do consumo de água e das emissões de CO<sub>2</sub> e economia circular. Adotamos, ainda, uma nova metodologia para o Eco Rating, que demonstra aos clientes o *quão sustentável* é o smartphone no momento da escolha do dispositivo, considerando seu processo de produção, uso e descarte. Por conta dessas e das demais iniciativas, somos uma das dez empresas mais sustentáveis de nosso setor no mundo e a mais sustentável na área de telecomunicações na América Latina, segundo o ranking realizado pela S&P - principal referência para a composição do Dow Jones Sustainability Index, o mais concorrido índice internacional de sustentabilidade. E estamos, também, na 2ª posição entre as mais sustentáveis do País no ISE B3.

No âmbito social, cerca de 2,2 milhões de pessoas foram beneficiadas por meio das iniciativas da Fundação Telefônica Vivo. Através da plataforma Escolas Conectadas, voltada para formação continuada de professores da rede básica de ensino, oferecemos mais de 2,3 milhões de horas de conteúdo online e gratuitos ao longo do ano. Cerca de 100 mil professores se cadastraram na plataforma e, aproximadamente, 58 mil participaram de algum dos mais de 40 cursos oferecidos, que tratam de temas como o uso da tecnologia na prática pedagógica, ensino híbrido, defasagem de aprendizagem, educação antirracista e educação socioemocional, entre outros. Em 2022, a plataforma foi premiada na categoria "E-Learning Innovation", do Reimagine Education Awards 2022, um dos mais importantes prêmios do mundo para pedagogias inovadoras. Também avançamos com o projeto *Hierarquia de formação técnica e profissional em Ciência de Dados* para jovens do Ensino Médio, contribuindo para que os estudantes da rede pública de ensino estejam preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas para um mundo em constante transformação e impactado pela presença das tecnologias digitais.

Em governança, desde 2019, 20% da remuneração variável dos executivos é também vinculada às metas de ESG. Anunciamos o Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, que inclui ações *teóricas (phantom shares)* da Companhia (VIVT3) na remuneração dos executivos. Dessa forma, o incentivo de longo prazo é vinculado à criação de valor aos acionistas e ao alcance sustentável dos objetivos estratégicos com base em indicadores como *TSV (Total Shareholder Return)*, *FCF (Free Cash Flow)* e *Neutralização e Redução de Emissões de CO2*. Além disso, mantivemos um conselho de administração com 83,3% de membros independentes e uma estrutura com os mais elevados critérios de *compliance*.

Agradecemos a atitude, a dedicação e a colaboração dos mais de 33 mil talentos da nossa empresa, bem como a confiança dos acionistas, clientes e parceiros. Juntos, construímos uma marca mais valiosa e sólida no último ano. Em 2023, nosso ecossistema de tecnologia será ainda mais completo e seguiremos com o papel primordial na transformação digital e social do nosso País.

Christian Maud Gebara  
Presidente da Telefônica Brasil

### INVESTIMENTOS

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 9.529,9 milhões, valor 9,7% superior ao montante investido em 2021 (R\$ 8.684,7 milhões), o que representa 19,8% da Receita Operacional Líquida do ano.

Em 2022, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, chegando a 82 novas cidades e adicionando 3,7 milhões de casas passadas. No total, já são 23,3 milhões de casas passadas em 409 cidades do Brasil. O objetivo é chegar a 29 milhões de casas passadas até o final de 2024, o que nos permitirá acelerar o volume de clientes conectados e, consequentemente, capturar o retorno dos investimentos.

Além da expansão da nossa rede de fibra, também investimos na manutenção e expansão da rede móvel 4G, no lançamento do 5G nas capitais brasileiras e na integração dos ativos adquiridos da Oi móvel.

Para 2023, a Companhia projeta que realizará Investimentos, excluindo licenças e leasing (IFRS 16), de até R\$ 9 bilhões no ano.

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2022	2021	% a/a
Rede	7.972	7.102	12,2
Tecnológica, Sistemas de Informações e Outros	1.558	1.582	(1,6)
<b>Investimentos ex-IFRS 16</b>	<b>9.530</b>	<b>8.685</b>	<b>9,7</b>
IFRS 16   Leasing	2.877	3.113	(7,6)
<b>Saldo Total   IFRS 16</b>	<b>12.407</b>	<b>11.798</b>	<b>5,2</b>

Os investimentos da Companhia em sociedades controladas e coligadas, bem como as modificações ocorridas durante o exercício estão refletidos nas notas explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2022.

### RETORNO AO ACIONISTA

A Telefônica Brasil está constantemente reafirmando o seu compromisso com a maximização do retorno ao acionista. Dessa forma, ao longo de 2022 foram deliberados R\$ 5.104 milhões em proventos, sendo R\$ 3.029 milhões em dividendos e R\$ 2.075 milhões em juros sobre capital próprio.

A remuneração total ao acionista em 2022 equivale a um *dividend payout* de 96%, com *dividend yield* de 8,9%, consolidando a Companhia como uma das maiores pagadoras de proventos do Brasil.

	2022	Valor Total Bruto (R\$ Milhões)	Valor Total Líquido (R\$ Milhões)	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)
Dividendos	3.029	3.029	1.813124	1.813124	
JSCP	2.075	1.764	1.243173	1.056697	

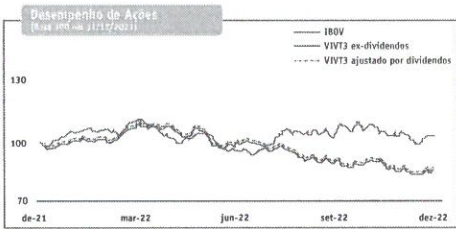
Além do pagamento de JSCP e Dividendos, a Companhia executou seu Programa de Recompra de Ações durante 2022. Assim, foram recompradas 13.381.540 ações no valor de R\$607 milhões.

Considerando o fim do Programa, o Conselho de Administração aprovou proposta de cancelamento das ações detidas em tesouraria, sendo que a alteração do artigo 5º do Estatuto Social que trata do capital social, para refletir tal cancelamento, será deliberada na Assembleia de Acionistas a ser realizada em 13 de abril de 2023. Dado o encerramento do programa, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações 2023-2024 com duração de 12 meses, de até R\$500 milhões, reafirmando a intenção de reforçar o retorno ao acionista para esse ano.

Por fim, a Companhia anunciou em 15 de fevereiro de 2023 que fez um pedido de Amêndia Prévia à Anatel para realizar uma ou mais reduções de capital em valor máximo total de até R\$ 5 bilhões, ao longo deste e/ou de exercícios sociais futuros, conforme avaliação da administração acerca das condições financeiras da Companhia e cenário macroeconômico. Caso autorizada pela Anatel, e sujeita à apreciação da administração sobre oportunidade e conveniência, bem como à obtenção das devidas aprovações societárias, as reduções de capital poderão ser efetivadas mediante a restituição de recursos aos seus acionistas na proporção de sua participação acionária nas respectivas *data-bases* a serem fixadas e sem o cancelamento de suas ações.

### MERCADO DE CAPITALIS

As ações da Companhia (VIVT3), encerraram o ano de 2022 cotadas a R\$38,35, uma desvalorização de 20,4% em 12 meses. O IBOV, por sua vez, apresentou valorização de 4,7% no ano.



VIVT3  
NYSE

VIV  
LISTED  
NYSE

ISEB3

ICO2B3

2 Não inclui valores relativos a licenças e IFRS 16.  
3 Considera dividendos e Juros sobre o Capital declarados em 2022.  
4 Considera os dividendos e Juros sobre o Capital declarados com base no lucro do exercício de 2022.  
5 Cancelamento das ações detidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2022.



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)					
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	25	46.052.951	43.684.068	48.041.162	44.032.613
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	26	(25.785.140)	(24.587.279)	(27.431.680)	(24.781.369)
Lucro bruto		20.267.811	19.096.789	20.609.482	19.251.244
(Despesas) Receitas operacionais		(13.791.234)	(12.044.567)	(14.011.571)	(12.165.135)
Despesas com comercialização	26	(11.678.208)	(11.582.804)	(11.839.126)	(11.594.117)
Despesas gerais e administrativas	27	(2.071.085)	(2.567.282)	(2.737.600)	(2.615.905)
Outras receitas operacionais	27	1.274.947	3.012.432	1.242.583	2.993.647
Outras despesas operacionais	27	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(23.240)	154.741	(23.742)	117.262
Lucro operacional		6.486.577	7.052.222	6.597.911	7.086.109
Receitas financeiras	28	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Despesas financeiras	28	(3.863.545)	(2.422.484)	(3.982.518)	(2.437.113)
Lucro antes dos tributos		4.740.173	5.919.502	4.831.591	5.959.529
Impostos de renda e contribuição social	8.f	(655.160)	319.862	(773.689)	269.828
Lucro líquido do exercício		4.085.013	6.239.364	4.057.902	6.229.357
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores		4.085.013	6.239.364	4.085.013	6.239.364
Acionistas não controladores	24.h	-	-	(27.111)	(10.007)
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	24.f	2,44	3,71		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receitas		58.026.918	58.937.429	60.317.196	59.336.501
Venda de mercadorias e serviços		57.138.884	56.639.248	59.501.183	57.051.723
Outras receitas		2.143.251	3.723.953	2.131.627	3.721.066
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	26	(1.245.217)	(1.425.772)	(1.315.614)	(1.436.288)
Insumos adquiridos de terceiros		(21.583.252)	(21.352.763)	(22.560.582)	(21.465.307)
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos		(15.029.918)	(14.526.775)	(15.959.924)	(14.633.243)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.215.076)	(8.107.486)	(7.259.534)	(8.113.768)
Perda/Recuperação de ativos		661.742	1.281.498	658.876	1.281.704
Valor adicionado bruto		36.453.666	37.584.666	37.756.614	37.871.194
Depreciação e amortização	26	(12.175.069)	(12.027.287)	(12.659.873)	(12.038.331)
Valor adicionado líquido produzido		24.278.597	25.557.379	25.096.741	25.832.863
Valor adicionado recebido em transferência		2.093.901	1.444.505	2.192.456	1.427.795
Resultado de equivalência patrimonial	12	(23.240)	154.741	(23.742)	117.262
Receitas financeiras	28	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Valor adicionado total a distribuir		26.372.498	27.001.884	27.289.197	27.260.658
Distribuição do valor adicionado		26.372.498	27.001.884	27.289.197	27.260.658
Pessoal, encargos e benefícios sociais		5.411.565	4.702.814	5.653.090	4.842.006
Remuneração direta		3.657.282	3.183.346	3.816.079	3.276.449
Benefícios		1.534.046	1.325.024	1.604.041	1.363.152
FGTS		220.237	194.444	232.970	202.405
Impostos, taxas e contribuições		11.853.814	12.500.066	12.388.396	12.615.589
Federal		4.474.254	3.262.137	4.694.077	3.363.593
Estadual		7.167.489	8.982.837	7.449.529	8.986.780
Municipal		212.071	255.092	244.790	265.216
Remuneração de capitais de terceiros		5.022.106	3.559.640	5.189.809	3.573.706
Juros		3.767.049	2.360.050	3.880.745	2.373.186
Aluguéis		1.255.057	1.199.590	1.309.064	1.200.520
Remuneração de capitais próprios		4.085.013	6.239.364	4.057.902	6.229.357
Juros sobre o capital próprio e dividendos	24.d	2.075.000	2.735.000	2.075.000	2.735.000
Dividendos	24.d	1.000.000	1.500.000	1.000.000	1.500.000
Juros retidos		1.010.013	2.004.364	1.010.013	2.004.364
Participação de acionistas não controladores	24.h	-	-	(27.111)	(10.007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)											
	Nota	Capital social	Reserva especial de ações	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para expansão e modernização	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2020		63.571.416	63.074	1.229.730	(110.541)	3.073.334	76.345	-	1.587.518	65.888	69.556.764
Dividendo adicional proposto do exercício de 2020	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.587.518)	-	(1.587.518)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.c	-	-	-	-	-	-	-	116.236	-	116.236
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	-	43.009	-	(43.009)	-	-
Recompra de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	(495.995)	-	-	-	-	-	(495.995)
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c	-	-	-	-	-	-	-	262.901	-	262.901
Efeitos de equivalência patrimonial na Fibrasil	12	-	-	-	2.182	-	-	-	-	2.269	265.170
Efeitos da alienação do investimento na CloudCo Brasil	12	-	-	-	31.367	-	-	-	-	-	31.367
Efeitos da alienação do investimento na IoTCo Brasil	12	-	-	-	34.644	-	-	-	-	-	34.644
Transações de capital	24.b	-	-	-	(18)	-	-	-	-	-	(18)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	6.239.364	-	6.239.364
Destinação do lucro:											
Reserva legal	24.c	-	-	-	-	311.968	-	-	-	-	(311.968)
Juros sobre o capital próprio intermediários	24.d	-	-	-	-	(2.735.000)	-	-	-	-	(2.735.000)
Dividendos intermediários	24.d	-	-	-	-	(1.500.000)	-	-	-	-	(1.500.000)
Dividendo adicional proposto	24.d	-	-	-	-	-	-	-	2.028.524	-	(2.028.524)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		63.571.416	63.074	1.297.905	(606.536)	3.385.302	119.354	-	2.028.524	68.157	69.927.196
Dividendo adicional proposto do exercício de 2021	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.028.524)	-	(2.028.524)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.c	-	-	-	-	-	-	-	167.449	-	167.449
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	-	95.095	-	(95.095)	-	-
Cancelamento de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	(606.536)	-	-	-	-	-	-
Recompra de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	606.536	-	-	-	-	-	606.536
Direito de Resgate - aprovação da aquisição da Gafisa	24.b	-	-	-	(607.429)	-	-	-	-	-	(607.429)
Equivalência patrimonial em transações de capital em investidas	12	-	-	-	2.409	-	-	-	-	-	2.409
Efeitos de acionistas não controladores em investimentos na Vivo Ventures	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c	-	-	-	-	-	-	-	(51.386)	-	(51.386)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	4.085.013	-	4.085.013
Destinação do lucro:											
Reserva legal	24.c	-	-	-	-	204.250	-	-	-	-	(204.250)
Juros sobre o capital próprio intermediários	24.d	-	-	-	-	(2.075.000)	-	-	-	-	(2.075.000)
Dividendos intermediários	24.d	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-	(1.000.000)
Dividendo adicional proposto	24.d	-	-	-	-	-	-	-	826.731	-	(826.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		63.571.416	63.074	693.778	(607.443)	3.589.552	214.449	-	826.731	52.183	68.403.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)	
<b>1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES</b>	
<b>a) Informações gerais</b>	
<p>A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) data center, incluindo hospedagem e colocation; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e conjunções; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; e (v) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de softwares de qualquer natureza, entre outros.</p> <p>A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a Telefônica S.A. ("Telefônica"), empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 74,20% (73,58% em 31 de dezembro de 2021), nota 24.a.</p> <p>A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na Securities and Exchange Commission ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas American Depositary Shares ("ADS") listadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange" - "NYSE").</p>	
<b>b) Operações</b>	
<p>A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimedial ("SCM" - comunicação de dados, inclusive internet em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) e (v) Serviço Limitado Privado ("SLP") em todo o território brasileiro, por meio de concessões e autorizações, além de outras atividades.</p> <p>As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472/1997.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23).</p> <p>Antes da publicação da Lei nº 13.879/2019, as autorizações de uso de espectro de radiofrequências eram comumente concedidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa viabilizada pela referida Lei, prorrogativas sucessivas de outorgas passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes era incerta até a edição do Decreto nº 10.402/2020, que detalhou os requisitos atinentes ao novo regime de prorrogativas sucessivas e esclareceu que as autorizações atuais também estão abrangidas pelo referido regime.</p> <p>O Decreto definiu, ainda, as condições a serem consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de prorrogação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos concorrenciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.</p> <p>Atualmente, a cada biênio, após a primeira prorrogação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita auferida através da prestação do SMP no ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar somente o equivalente a 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com um novo regulamento de preço público de espectro. Esta Resolução fixou novos critérios para os custos de produção das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Parte do pagamento pode ser convertida em compromissos de investimento.</p> <p>Maiores detalhes das licenças/autorizações da Companhia estão apresentados na nota 14.</p>	
<b>2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</b>	
<b>a) Declaração de conformidade</b>	
<p>As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").</p> <p>Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.</p>	
<b>b) Base de preparação e apresentação</b>	
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.</p> <p>Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.</p> <p>As demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme IAS 7 / CPC 03 (R2) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.</p> <p>As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas internacionais não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2023.</p>	
<b>c) Moeda de apresentação, funcional e conversão de moeda estrangeira</b>	
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).</p> <p>A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).</p> <p>As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto a conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.</p>	
<b>d) Eventos societários em 2021 e 2022</b>	
<b>d.1) Operação FibraSil</b>	
<p>Em 2 de julho de 2021, a Companhia, após a aprovação por seu Conselho de Administração em 26 de março de 2021 e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes, consumou os acordos com a Caisse de dépôt et placement du Québec ("CDPQ"), um grupo global de investimentos, e com a Telefônica Infra, S.L.U. ("Infra"), uma sociedade sediada na Espanha, 100% controlada pela Telefônica S.A., tendo portanto o mesmo acionista controlador da Companhia, para a construção, desenvolvimento e exploração de rede de fibra ótica neutra e independente de atacado no mercado brasileiro por meio da FibraSil Infraestrutura e Fibra Ótica (S.A.).</p> <p>Em decisão publicada no DOU em 6 de abril de 2021, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou sem restrição de prazo o <i>joint venture</i> entre Companhia, TE F Infra e CDPQ, via FibraSil. Em 23 de abril de 2021, após o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o CADE certificou o trânsito em julgado com a aprovação sem restrições da decisão da Superintendência-Geral do CADE de 6 de abril de 2021. Na análise do ato de concentração, a Superintendência-Geral do CADE não identificou preocupações concorrenciais nos mercados avaliados. Além disso, ficou demonstrado que a operação não poderá ter efeitos pró-competitivos, na medida em que representa a desverticalização, em parte, entre a Companhia e a FibraSil, com relação à operação de redes de fibra como infraestrutura para telecomunicações e serviços do atacado para outras operadoras de serviços de telecomunicações.</p> <p>Como a TE F Infra faz parte do Grupo Telefônica (Espanha), esta Operação estava sujeita à aprovação da autoridade de defesa da concorrência da União Europeia, ocorrida em 22 de abril de 2021.</p> <p>Em 7 de junho de 2021, a ANATEL concedeu a anuência prévia à implementação da Operação, de modo que, em 23 de setembro de 2021, foi proferido despacho ordinatório determinando o arquivamento do processo de anuência prévia, uma vez que sua finalidade foi exaurida, conforme previsto no regimento interno da ANATEL.</p> <p>A Companhia, como cliente âncora da FibraSil, segue na sua estratégia de crescimento no mercado de fibra, potencializando o <i>cross selling</i> de serviços a seus clientes, maximizando o retorno sobre o capital investido e consolidando-se como operador líder convergente no país.</p> <p>A IFRS 10 e RFB (R3) não possuem orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas quando ocorre perda de controle. Neste caso, a Companhia estabeleceu que a participação deve ser avaliada pelo seu valor justo (com base no preço da alienação no mercado) e eventual diferença deve ser registrada no resultado (além da baixa da parcela alienada). O Grupo adotou a aplicação das referidas normas para os registros da Operação em suas controladas (FibraSil, TE F Infra, TE F Brasil).</p>	



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de julho de 2022:

### Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em bens na Fibrasil pela Companhia (1)	229.961
Resultado da Fibrasil em 02/07/21 (2)	(1.789)
Investimento na Fibrasil em 02/07/21, antes das alienações	218.172
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TEF Infra e CDPQ (3)	(134.144)
Investimento na Fibrasil em 02/07/21, após as alienações	94.028
Remensuração da variação da participação acionária (4)	80.400
Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (closing)	174.428
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na Fibrasil (5)	41.092
Investimento na Fibrasil em 02/07/21 (após closing)	215.520
(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 13 e 14).	
(2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, liquidas de imposto de renda e contribuição social.	
(3) Baixa dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na Fibrasil, sendo: (i) R\$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R\$58.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ.	
(4) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da Fibrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos.	
(5) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.	

### Efeitos no resultado da Companhia

Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra e CDPQ (1)	659.440
Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra e CDPQ (2)	(134.144)
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(135.106)
Valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ (4)	58.138
Custos relacionados diretamente à Operação (5)	(31.751)
Resultado da Fibrasil em 02/07/21	416.577
Remensuração da participação acionária da Companhia na Fibrasil (6)	(1.789)
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na Fibrasil (7)	80.400
Resultado antes dos tributos	414.995
Imposto de renda e contribuição social correntes (8)	536.283
Imposto de renda e contribuição social diferidos (9)	(55.277)
Resultado líquido da Operação	(97.155)
	383.851

- (1) Refere-se às alienações de participação acionária da Companhia na Fibrasil, sendo: (i) 499.999 ações para a TEF Infra, a ser recebida em 4 parcelas, sendo a 1ª a vista e outras 3 parcelas anuais a vencer no mês de julho, até 2024; e (ii) 200.000 ações para o CDPQ, recebida à vista.
- (2) Refere-se às baixas dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na Fibrasil, referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra e 200.000 ações para o CDPQ.
- (3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente.
- (4) Refere-se ao valor justo da parcela da Companhia dos bônus de subscrições futuras, a serem realizadas pelo CDPQ na Fibrasil, à medida do atingimento de condições contratuais. Mensalmente, este valor é atualizado monetariamente.
- (5) Refere-se aos gastos com consultorias, laudos, honorários relacionados diretamente à Operação.
- (6) Refere-se à remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da Fibrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos.
- (7) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.
- (8) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social correntes apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos a prazo), da baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos e do valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ.
- (9) O fechamento da Operação resultou em um impacto operacional positivo para a Companhia de R\$416.577 (nota 27) e um resultado positivo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$536.283.

Com a conclusão da Operação em 2 de julho de 2021, o controle acionário da Fibrasil passou a ser de controle conjunto entre o Grupo CDPQ com 50% e a Telefônica 50% (25% para a Companhia e 25% para a TEF Infra).

d.2) **Alienação de participação acionária na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil ("CloudCo Brasil")**

Em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil"), para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("T&CT"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação") e uma empresa sediada na Espanha.

A Operação permite que a Companhia, em parceria com a T&CT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, a CloudCo Brasil, visando alcançar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios.

Esta Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 / CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

### Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em recursos pela Companhia (1)	28.000
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a T&CT (2)	(5.681)
Resultado da CloudCo Brasil em 02/08/21	(5.681)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Investimento na CloudCo Brasil em 02/08/21, após o closing	47.529
(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias.	
(2) Baixa do custo contábil do investimento detido pela Companhia na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (nota 24.b).	
(3) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela T&CT na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (nota 24.b).	

### Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a T&CT (1)	19.260
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a T&CT (2)	(5.681)
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a T&CT	(4.683)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (4)	(12.871)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	4.377
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing (nota 24.b)	31.367
(1) Refere-se à alienação de participação acionária da Companhia na CloudCo Brasil, referente a 64.949 ações ordinárias, recebida à vista na data do closing.	
(2) Refere-se à baixa do custo contábil do investimento detido pela Companhia na CloudCo Brasil.	
(3) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela T&CT na CloudCo Brasil.	
(4) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).	

Com a conclusão da Operação, a partir de 2 de agosto de 2021, a CloudCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela T&CT). Desta forma, a relação entre a Companhia e a T&CT no âmbito da CloudCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

### d.3) Alienação de participação acionária na Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")

Em 1º de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil") para a Telefônica IoT & Big Data Tech, S.A. ("TIBD&T"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação") e uma empresa sediada na Espanha.

A Operação permite que a Companhia, em parceria com a TIBD&T, desenvolva uma empresa brasileira dedicada a serviços e soluções de *IoT e Big Data* para B2B, visando alcançar seu posicionamento com soluções e plataformas globais e capturar oportunidades de crescimento destes negócios.

A Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos internos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 / CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 1º de novembro de 2021:

### Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R\$ mil
Remensuração da variação da participação acionária (1)	41.352
Investimento na IoTCo Brasil em 01/11/21, após o closing	41.352
(1) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TIBD&T na IoTCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (nota 24.b).	

### Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TIBD&T (1)	19
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TIBD&T	(6)
Remensuração da variação da participação acionária (2)	41.352
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(10.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	3.463
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing	34.644
(1) Refere-se à alienação da participação acionária da Companhia na IoTCo Brasil, referente a 100 ações, recebida à vista na data do closing.	
(2) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TIBD&T na IoTCo Brasil.	
(3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).	

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2021, a IoTCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TIBD&T). Desta forma, a relação entre a Companhia e a TIBD&T no âmbito da IoTCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

### d.4) Constituição de Joint-Venture de Educação Digital

Em 8 de abril de 2022, a Companhia e a Anima Holding S.A. ("Anima Educação") formalizaram a criação da Viva! Educação Digital S.A., *joint-venture* na área de educação digital. Nesta mesma data, após o cumprimento de determinadas condições precedentes (incluindo a aprovação da operação, com trânsito em julgado, pelo CADE), foram celebrados documentos societários e acordos comerciais para início da operação da *joint-venture*, que oferecerá cursos livres de capacitação com foco em educação continuada e empregabilidade em áreas como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo, ofertando aos seus clientes trilhas personalizadas, com conteúdo atual e aderente à demanda do mercado de trabalho contemporâneo, tudo por meio de uma plataforma digital de educação. Ao associar o *know-how* da Anima Educação em fornecer educação digital e capacidade de distribuição em escala da Companhia, a *joint-venture* tem o objetivo de alcançar o mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e melhoria da condição de vida dos seus estudantes.

A *joint-venture* foi constituída em 8 de abril de 2022, com a participação societária de 50% pela Companhia e 50% pela Anima Educação. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia e a Anima Educação realizaram aportes de R\$10.000 cada.

### d.5) Constituição do Fundo Vivo Ventures

Em 11 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de um fundo de *Corporate Venture Capital*, em conjunto com a Telefônica Open Innovation, S.L. ("Universitaria") ("Telefônica Open Innovation"), denominado Vivo Ventures ("VV"), que tem por objetivo investir em startups focadas em soluções inovadoras e que possam acelerar o crescimento do ecossistema B2C da Companhia. O VV prevê um aporte estimado de R\$320 milhões, que serão investidos ao longo de seus 5 primeiros anos, em startups nas áreas de saúde, finanças, educação, entretenimento, casa inteligente, *marketplace*, dentre outros. A Companhia é titular de 98% do capital subscrito do VV e a Telefônica Open Innovation de 2%. Por meio do VV, a Companhia pretende fomentar a expansão de seu ecossistema digital mediante a criação de parcerias significativas com startups, contribuindo para complementar a proposta de valor oferecida a seus clientes através de serviços e produtos inovadores com foco no propósito de digitalizar para aproximar, alcançando-se em sua extensiva cadeia de distribuição e no potencial da marca Vivo.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia e a Telefônica Open Innovation realizaram aportes de R\$21.068 no VV, sendo R\$20.547 pela Companhia e R\$421 pela Telefônica Open Innovation.

Em 26 de agosto de 2022, a VV, celebrou um *Convertible Note Agreement*, contrato de investimento de US\$3 milhões com a Credit Vista Technologies Limited, sociedade *holding* da Credit Vista Tecnologia para Finanças Pessoais EIRELI ("Klavi"). O investimento ocorreu por meio da aquisição de notas promissórias convertíveis em participação acionária. A Klavi oferece soluções de open finance através de uma plataforma SaaS (*software as a service*), utilizando inteligência de dados que permite aos clientes o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros com mais rapidez e precisão.

### d.6) Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi (Combinação de Negócios)

A Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 20 de abril de 2022, a Companhia, como uma das compradoras, e a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial (sucessora por incorporação da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial) ("OI"), como vendedora, efetivou a aquisição do Objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 28 de janeiro de 2021, conforme aditado ("Contrato"), por meio do qual a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da sociedade denominada Garliva R2 Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Garliva"), para a qual foi contribuída a parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia no âmbito do Plano de Segregação e Divisão anexo ao Contrato ("UPI Ativos Móveis - Telefônica").

Esta aquisição estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo a ANATEL e o CADE. Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL concedeu a licença prévia de uso de 2,7 mil sites de acesso móvel (correspondendo a 19% do total de sites da UPI Ativos Móveis).

Esta transação traz benefícios ao setor de telecomunicações do Brasil, ampliando a capacidade de realização de investimentos e criação de inovações tecnológicas de maneira sustentável e racional, contribuindo para a digitalização do país através da construção e expansão de redes em tecnologias de ponta, como 5G e fibra, o que se traduz em serviços com melhor cobertura e qualidade aos usuários.

Além disso, a transação tem o potencial de gerar sinergias para a Companhia, por meio da otimização de custos operacionais e alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

Conclusão da aquisição, a partir de 20 de abril de 2022, a Companhia passou a ser a controladora direta da Garliva. A Garliva tem sede no Brasil e atua na prestação de serviços de telecomunicações, especialmente, SMP e SCM; na prestação de serviços de manutenção e instalação de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos; no comércio varejista e atacado especializado de bens e/ou serviços, próprios e de terceiros, de equipamentos de telecomunicações, comunicação, informática e outros, por qualquer meio, inclusive mediante a exploração de quaisquer canais de vendas físicos e/ou remotos, tais como lojas próprias e de terceiros, porta a porta, telefone (*telemarketing*) e *internet*, entre outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a TIS encontra-se em fase de finalização do laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Vita IT. Estima-se que esta análise final será concluída assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

Apresentamos a seguir, um resumo preliminar da composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$11.964, bem como o ágio gerado na data da aquisição, sujeitos ainda a ajustes por ocasião da finalização dos trabalhos:

Ativo circulante	Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	30.408
Contas a receber	5.334
Estoque (1)	17.063
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	4.958
Outros ativos	119
	2.934
Ativo não circulante	37.289
Depósitos judiciais	1.187
Imobilizado	1.853
Intangível (2) (3)	34.249
	37.289
Valor justo dos ativos adquiridos	67.697
	55.733

(1) Inclui a alocação da mais valia de itens do estoque (R\$1.510), apurada pela média das aquisições históricas, amortizado em 1 mês.

(2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$4.527), calculado com o método de *relief-from-royalty*, será amortizado linearmente pelo prazo de 2 anos.

(3) Inclui a alocação do valor justo atribuído a carteira de clientes (R\$29.545), avaliado pelo método MEEM (*Multi-period Excess Earnings Method*), será amortizado linearmente pelo prazo de 9,3 anos.

(4) Refere-se à alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$28.200), que está sendo atualizado pela SELIC.

(5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da Vita IT com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais.

O montante da contraprestação transferida foi de R\$110.815, que serão pagos da seguinte forma: R\$42.000, pagos à vista no momento da conclusão da Operação e R\$68.815 serão pagos conforme cláusulas contratuais, atualizados pelo IPCA.

e) **Bases de consolidação**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

Investidas	Investimento	Participação	País (Sede)	Atividade principal
		31.12.22	31.12.21	

Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks") Controlada 100,00% 100,00% Brasil Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na *internet*

Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog") Controlada 100,00% 100,00% Brasil Informática, *internet* e quaisquer outros meios (acesso, produção, distribuição e exibição de conteúdo)

POP Internet Ltda ("POP") Controlada 100,00% 100,00% Brasil Fundo de investimento em direitos creditórios

Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money") Controlada 100,00% 100,00% Brasil Fundo de investimento em direitos creditórios

Garliva R2 Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Garliva") Controlada 100,00% - Brasil Telecomunicações

Vivo Ventures Fundo de Investimento em Participações Multistatégia ("Vivo Ventures") Controlada 98,00% - Brasil Fundos de investimentos

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil") Controlada 50,01% 50,01% Brasil Consultoria em tecnologia da informação

Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil") Controlada 50,01% 50,01% Brasil Consultoria em tecnologia da informação

Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança") Controle conjunto 50,00% 50,00% Holanda Holding, atuando no setor de telecomunicações

Companhia AIX de Participações ("AIX") Controle conjunto 50,00% 50,00% Brasil Exploração de redes subterâneas de telecomunicações

Companhia ACT de Participações ("ACT") Controle conjunto 50,00% 50,00% Brasil Exploração de redes subterâneas de telecomunicações

Viva! Educação Digital S.A. ("VIVA!") Controle conjunto 50,00% - Brasil Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Fibra Ótica S.A. ("Fibra") Controle conjunto 25,01% 25,01% Brasil Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações sobre as investidas estão apresentadas na nota 12.

Documento assinado digitalmente

conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001 que institui a Infraestrutura

de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

https://brasilcaixa.gov.br/validar/202306051E1F056771316022023.pdf

Hash: 16765048249449b9bf2374c5ab849ea9b26be0bd



Certificado por Editora Globo SA

04067191000160 Pub. 16/02/2023

A autenticidade deste documento

pode ser conferida através do QR Code

ou pelo link

https://brasilcaixa.gov.br/validar/202306051E1F056771316022023.pdf

Hash: 16765048249449b9bf2374c5ab849ea9b26be0bd



continuação



**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### f) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

### g) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram: (i) todas as normas contábeis aplicáveis a que se refere; e (ii) as políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- IAS 16 - Ativo Imobilizado:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.
- IFRS 3 - Combinação de Negócios - Alterações nas referências à Estrutura Contábil:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Contábil do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CP 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CP 25 ou IFRIC 21/CP 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CP 25 ou IFRIC 21/CP 19, respectivamente, em vez da Estrutura Contábil, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.
- IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.
- IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixo de passivos financeiros:** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CP.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

- Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis líquidas. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CP 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

- Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CP 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e imputa para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CP 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com autorização permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2: *Making Materiality Judgements* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

### h) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do exercício, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 5); imposto de renda e contribuição social (nota 8); imobilizado (nota 13); intangível (nota 14); provisões e contingências (nota 20); receita operacional líquida (nota 25); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 32).

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

### b) Composição

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
Caixa e contas bancárias (1)	52.145	90.937	53.449	103.541		
Contribuição social (2)	1.306.916	6.088.423	2.220.385	6.344.942		
Total	1.359.061	6.187.360	2.273.834	6.448.483		

- (1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos da controladora e consolidado incluíam os montantes de R\$10.576 e R\$66.682, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 29).
- (2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseadas na variação da taxa do CDI com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 106,17% do CDI (100,17% em 31 de dezembro de 2021).

## 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, sujeitos a um significativo risco de mudança de valor, não enquadrados como caixa e equivalentes de caixa.

### b) Composição

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
Fundo de investimentos - FIDC (1)	1.016	30.109	1.016	30.109		
Garantia a processos judiciais (2)	43.295	37.044	43.522	37.238		
Total	44.311	67.153	44.538	67.347		
Circulante	1.016	30.109	1.016	30.109		
Não circulante	43.295	37.044	43.522	37.238		

- (1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em contas seniores do FOR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
- (2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 20).

## 5. CONTAS A RECEBER

### a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratuais, limitadas pela capacidade de recuperação do valor recuperável, incluindo provisões para perda estimada para produtos Vivo TECH (1) que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas a vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Vivo TECH") e direitos creditórios do FIDC Vivo Money.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

### b) Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e julgamentos críticos para o ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

### c) Composição

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
Serviços e mercadorias (1)	10.176.667	9.884.807	10.435.637	9.951.918		
Valores de interconexão (2)	701.339	697.662	824.960	698.361		
FIDC Vivo Money	-	-	158.259	25.071		
Partes relacionadas (nota 29)	196.332	94.133	114.884.525	67.137		
Total	11.074.438	10.676.402	11.484.525	10.742.487		
Contas a receber, bruto	(2.281.581)	(2.141.423)	(2.396.382)	(2.171.336)		
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	8.792.757	8.534.979	9.090.143	8.571.151		
Contas a receber, líquido	8.393.728	8.064.097	8.691.114	8.100.269		
Circulante	399.029	470.882	399.029	470.882		
Não circulante	-	-	-	-		

- (1) Os montantes consolidados incluem R\$2.339.241 e R\$2.304.402 a faturar aos clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Inclui também os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.
- (2) Refere-se a valores faturados de outros operadores de telecomunicações.

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora / Consolidado	31.12.22	31.12.21
Parcela da receita de mercadorias B2B - 24 meses	235.368	-	258.751
Parcela a receber do Grupo Oi	443.761	-	29.527
Produto Vivo TECH (1)	679.129	703.931	-
Valor nominal a receber	(88.610)	(62.464)	-
Receita financeira não realizada	590.519	641.467	-
Valor presente a receber	(191.490)	(170.585)	-
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	399.029	470.882	-
Valor líquido a receber	-	-	-

- (1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH.
- Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
A vencer (1)	7.319.032	7.011.357	7.575.318	7.133.696		
Vencidas - 1 a 30 dias	906.195	856.394	876.229	827.709		
Vencidas - 31 a 60 dias	206.904	255.158	189.164	259.641		
Vencidas - 61 a 90 dias	129.989	89.594	139.827	88.219		
Vencidas - 91 a 120 dias	106.247	112.983	121.984	117.612		
Vencidas - mais de 120 dias	126.390	209.503	187.621	146.274		
Total	8.792.757	8.534.979	9.090.143	8.571.151		

- (1) Inclui os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

### d) Movimentação dos ativos contratuais

	Controladora / Consolidado	31.12.22	31.12.21
Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual, líquido	
203.577	(34.894)	168.683	
Ingressos	417.765	3.403	417.765
Saldo em 31.12.21	(442.741)	(319.419)	(319.419)
Ingressos	342.688	-	342.688
Saldo em 31.12.22	(390.046)	4.940	(385.106)
	131.243	(26.551)	104.692

### e) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
Saldo em 31.12.20	(4.242.610)	(4.242.610)	(4.242.610)	(4.242.610)		
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	1.333.824	1.337.530	1.333.824	1.337.530		
Saldo em 31.12.21	(2.141.423)	(2.171.336)	(2.141.423)	(2.171.336)		
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	(1.245.217)	(1.315.614)	(1.245.217)	(1.315.614)		
Saldo em 31.12.22	(2.281.581)	(2.396.382)	(2.281.581)	(2.396.382)		

## 6. ESTOQUES

### a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, são reconhecidos no resultado e foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 26).

### b) Composição

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
Materiais para revenda	765.097	>75.059	772.469	583.165		
Materiais para consumo	34.712	65.282	36.255	67.278		
Outros estoques	45.906	38.153	45.906	38.363		
Estoques, bruto	845.715	678.494	854.630	688.806		
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(62.674)	(45.980)	(64.906)	(48.981)		
Estoques, líquido	783.041	632.514	789.724	639.825		

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes	1.386.568	766.730	1.433.893	766.730		
Manutenção de software e redes	191.073	145.234	306.438	145.568		
Propaganda e publicidade	191.366	215.508	191.366	215.508		
Pessoal	76.161	70.173	78.698	71.038		
Encargos financeiros	37.585	18.251	37.585	18.251		
Aluguéis	35.336	43.465	35.336	43.465		
Seguros	12.298	14.708	12.581	14.772		
Satélites e links	12.360	148.113	12.360	148.113		
Outras despesas antecipadas	18.882	24.867	26.555	25.248		
Total	1.961.629	1,447,049	2,114,912	1,448,893		
Circulante	981.508	1,004,785	1,141,521	1,006,475		
Não circulante	978.121	442.263	973.391	442.268		

Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15 / CP 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos custos incrementais na obtenção de contratos com clientes:

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controlado	31.12.22	31.12.21
Saldo em 31.12.20				480.909		
Ingressos				703.243		
Reversões (amortizações)				(417.422)		
Saldo em 31.12.21				766.730		
Ingressos				1.165.051		
Reversões (amortizações)				(578.571)		
Combinação de negócios - Gariava (nota 2.d)				80.783		
Saldo em 31.12.22				1,433,893		

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Política contábil

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### a.2) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Créditos e perdas tributárias não utilizados também podem ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os valores contábeis dos tributos difer



continuação



**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**e.2) Créditos tributários não reconhecidos**

Em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (POP, Recicla V, TGLog e TIS) no montante de R\$575.003 (R\$571.126 em 31 de dezembro de 2021), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização deles.

**e.3) Expectativa de realização**

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2023	2.305.885	2.501.398
2024	505.543	526.633
2025	532.463	554.113
2026	408.625	416.615
2027	355.838	359.894
2028 em diante	(7.940.075)	(7.811.281)
Total	<b>(3.831.721)</b>	<b>(3.452.628)</b>

**f) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativas, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

A seguir, apresentamos as reconciliações da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Lucro antes dos tributos	4.740.173	5.919.502
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.611.699)	(2.012.631)
Diferenças permanentes		
Equivalência patrimonial	(7.902)	52.612
Juros sobre o capital próprio prescritos	(56.933)	(38.311)
Despesas indutivas, brindes e incentivos	(83.991)	(86.609)
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	705.500	929.900
Recomposição de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (atualização SELIC de indêbitos) (1)	-	1.407.523
IR e CS sobre juros atualizados SELIC de indêbitos (1)	277.424	277.424
Outras excludentes	122.401	67.378
Diferença (débito) tributário	<b>(655.160)</b>	<b>(773.689)</b>
Taxa efetiva	13,8%	-5,4%
IR e CS correntes	(969.892)	(1.120.278)
IR e CS diferidos	314.732	370.333

(1) Em 8 de julho de 2020, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5012373-88.2020.4.03.6100 com o objetivo da concessão de segurança para reconhecer a legalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do STF julgou, sob a sistemática virtual, o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito tributário, ou seja, um dos temas pendentes no Mandado de Segurança citado anteriormente. Neste julgamento, foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 30 de setembro de 2021, foi publicada a At. do TJ de Julgamento e, em 16 de dezembro de 2021, foi publicada a íntegra da decisão.

Considerando os efeitos da repercussão geral, a Companhia realizou uma avaliação que consistiu na capacidade de demonstrar e testar a recuperabilidade do ativo fiscal diferido e para isso se fez necessário reprocessar apurados de anos anteriores de prejuízos fiscais e, consequentemente, a elaboração de projetos futuros de rentabilidade/futurabilidade do negócio. Em decorrência destas avaliações, em 2021 a Companhia reconheceu o montante de R\$1.407.523, sendo R\$1.405.565 nos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$1.958 nos ativos de imposto de renda e contribuição social a recuperar em contrapartida a um crédito no resultado de imposto de renda e contribuição social. Para 2022, em decorrência do trânsito em julgado de acórdão favorável ao pleito formulado, certificado nos autos em 27 de agosto de 2022, a Companhia já vem realizando a exclusão da atualização SELIC sobre indêbitos tributários na base do IRL e da CSLL.

**g) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e suas controladas possuem diversas situações lançadas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ativo, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R\$29.882.262 em 31 de dezembro de 2022 (R\$18.176.115 em 31 de dezembro de 2021). O montante de 31 de dezembro de 2022, inclui R\$10.744.063, referente a um novo auto de infração contra a Companhia para cobrança de IRPJ e CSLL relacionados à amortização de ativo, lavrado pela RFB em 31 de janeiro de 2023. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de acatamento superior a 50%).

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$104.438 em 31 de dezembro de 2022 (R\$97.668 em 31 de dezembro de 2021), em relação a essas ações. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

**9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
ICMS (1)	2.171.962	2.893.823
PIS e COFINS (2)	956.651	1.881.357
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	127.202	156.322
Fidel, DISS, ISS e outros tributos	133.701	117.564
Total	<b>3.389.516</b>	<b>5.048.066</b>
Circulante	2.528.119	3.704.407
Não circulante	861.397	1.343.659

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (compensação em 48 meses) em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas: pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferença de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$626.636 e R\$578.290 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

(2) Em 13 de maio de 2021, o STF proferiu decisão favorável para o Leading Case RE 574706 em relação ao reconhecimento do direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS. Em decorrência desta decisão, a Companhia reconheceu em 2021 um crédito no montante de R\$2.269.391 referente a parte dos processos que posteriormente transitarão em julgado em 25 de junho de 2021 e em 27 de maio de 2022. Os referidos processos já foram habilitados junto à Receita Federal e a Companhia já está efetuando a sua compensação (notas 27 e 28).

Adicionalmente, a Companhia possui um outro processo judicial transitado em julgado em 2018 para o qual reconheceu anteriormente o crédito referente ao período de julho de 2002 a julho de 2014. A parcela remanescente deste processo, relativa ao período de abril de 1998 a junho de 2002 não foi reconhecida naquele momento, pois a Companhia julgou tratar-se de um ativo contingente e, portanto, não atingiu os parâmetros para seu reconhecimento contábil. Em agosto de 2022, com base na evolução em decisões mais recentes proferidas pelo STF sobre um Leading Case que poderia impactar o processo em questão, a Companhia, suportada por pareceres de seus consultores jurídicos, concluiu que o referido processo atingiu o status de recuperabilidade líquida e certa e portanto teria direito ao reconhecimento contábil da parcela remanescente do crédito, no montante de R\$1.165.558 e qual R\$1.165.558 em 31 de dezembro de 2022. Ainda em 2022, após a homologação do crédito junto à Receita Federal do Brasil, a Companhia iniciou a compensação do referido crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo pendente de compensação dos processos acima mencionados registrados no ativo circulante montam a R\$786.857 (R\$1.579.117, em 31 de dezembro de 2021).

(3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

**10. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS**

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Depósitos judiciais		
Tributário	1.390.925	1.348.778
Cível	1.378.240	833.894
Trabalhista	108.108	175.136
Regulatório	301.274	283.921
Total	<b>3.180.627</b>	<b>2.641.741</b>
Bloqueios judiciais	22.287	24.556
Total	<b>3.202.914</b>	<b>2.666.297</b>
Circulante (1)	591.275	105.876
Não circulante	2.611.639	2.560.421

(1) Os montantes de 31 de dezembro de 2022, incluem o depósito judicial atualizado de R\$522.297 (R\$515.565, em 20 de outubro de 2022), para atender a decisão liminar da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, relativa à aquisição da Garliava (nota 2.4).

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Tributos		
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST") (1)	564.261	535.118
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") (2)	409.853	551.257
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE") (3)	141.480	230.486
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	72.435	72.578
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	56.409	60.192
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	4.135	95.151
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	53.801	30.719
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	738.113	1.040.332
Outros impostos, taxas e contribuições	428.805	223.425
Total	<b>3.202.914</b>	<b>2.666.297</b>
Circulante	309.222	509.914
Não circulante	2.893.692	2.156.383

(1) A Companhia e/ou controladas ingressaram com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas e receitas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000. Os valores relativos a este direito de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada estão depositados.

(2) A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS em operações com recolhimento por estimativa; (ii) ICMS FEEP; (iii) direito ao crédito de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (iv) ICMS sobre valores dados a título de descontos e (v) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura.

(3) A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc.

**11. OUTROS ATIVOS**

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Créditos com partes relacionadas (nota 29) (1)	409.853	551.257
Alienação de imóveis e direitos de propriedade intelectual	141.480	230.486
Adiantamentos a empregados e fornecedores	72.435	72.578
Bônus de subscrição (nota 2.4)	56.409	60.192
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 31) (2)	4.135	95.151
Outros valores a realizar	53.801	30.719
Total	<b>738.113</b>	<b>1.040.332</b>
Circulante	428.805	223.425
Não circulante	309.222	509.914

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os montantes de R\$355.705 e R\$559.499, respectivamente, referente às operações de alienação de Fibril, CloudCo Brasil e IotCo Brasil, ocorridas em 2021 (nota 2.4).

(2) Em 31 de dezembro de 2021, inclui o montante de R\$90.538, respectivamente, referente à distribuição do superávit do PBS-A.

**12. INVESTIMENTOS**

**a) Política contábil**

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas controladas e de controle conjunto, além de combinações de negócios.

a.1) Controladas  
A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à investida e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de votos resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: (i) o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; (ii) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados.

a.2) Controle Conjunto  
Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 24.e).

a.3) Geral (Controladas e Controle Conjunto)  
Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações patrimoniais após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados da Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do enervamento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução do valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

a.4) Combinações de Negócios  
De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos. Para as informações consolidadas, os montantes dos valores justos e ágio são alocados conforme suas naturezas.

**b) Informações das investidas**

A seguir, apresentamos informações resumidas sobre as controladas diretas e de controle conjunto da Companhia:

	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Investidas							
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	586.975	423.060	163.915	380.803	61.686
TGLog	100,00%	Controlada	69.410	52.145	17.265	122.562	5.776
POP (2)	100,00%	Controlada	133.979	59.411	74.568	5.363	4.746
Vivo Money	100,00%	Controlada	181.323	54	181.269	35.539	11.496
CloudCo Brasil	100,00%	Controlada	1.609.107	1.544.152	64.955	1.117.232	4.542
CloudCo Brasil	98,00%	Controlada	20.749	224	20.525	-	(543)
IotCo Brasil	50,01%	Controlada	358.955	337.380	21.575	645.204	(55.192)
Aliança	50,01%	Controlada	124.912	43.075	81.837	56.046	981
AIX	50,00%	Controle conjunto	242.652	305	242.347	-	912
ACT	50,00%	Controle conjunto	51.733	32.548	19.185	65.681	178
VIVAE	50,00%	Controle conjunto	18.842	1.694	17.148	-	(2.852)
Fibril	25,01%	Controle conjunto	1.881.965	1.195.384	686.581	176.660	(94.384)

	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Investidas							
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	447.112	291.592	155.520	355.345	49.584
TGLog	100,00%	Controlada	54.539	40.968	13.571	87.701	431
POP (2)	100,00%	Controlada	125.001	55.179	69.822	10.381	2.045
Vivo Money	100,00%	Controlada	32.908	135	32.773	-	2.741
CloudCo Brasil	50,01%	Controlada	145.580	68.735	76.845	44.940	(24.039)
CloudCo Brasil	50,01%	Controlada	89.558	8.373	81.185	2.546	(1.503)
Aliança	50,00%	Controle conjunto	274.362	410	273.952	-	6.369
AIX	50,00%	Controle conjunto	46.586	27.872	18.714	55.872	1.387
ACT	50,00%	Controle conjunto	46	8	38	104	10
Fibril	25,01%	Controle conjunto	1.544.367	870.389	673.978	55.385	(34.253)

(1) A Terra Networks é a controladora integral e direta da TIS, sociedade com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração e fornecimento de serviços e atividades de segurança, entre outras. Em 3 de outubro de 2022, a TIS adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Vita IT (nota 2.4).

(2) A POP é a controladora integral e direta da Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda. ("Recicla V"), com sede no Brasil, tendo como principais atividades a compra e venda de sucata de materiais de cobre, alumínio, chumbo, ferro e outros materiais, entre outras.

**c) Movimentação dos investimentos**

	Controladas	Controle conjunto	Combinação de negócios	Outros investimentos	Total de investimentos na demonstração	Total de investimentos na demonstração
Saldos em 31.12.20	334.119	143.655	-	778	478.552	444.433
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	39.267	(6.021)	-	-	33.246	(4.233)

Resultado de equivalência patrimonial pela renovação da participação acionária (Fibril) (nota 2.4)

Resultado de equivalência patrimonial pelo valor justo da renovação da participação acionária (Fibril) (nota 2.4)

Dividendos e juros sobre o capital próprio (Terra Networks) (nota 19)

Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Money e CloudCo Brasil)

Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 13 e 14) (Fibril)

Baixa por alienação de investimentos (CloudCo Brasil e Fibril) (nota 2.4)

Renovação da participação acionária (CloudCo Brasil e IotCo Brasil) (nota 2.4)

Resultado de controlada Fibril antes da alienação

Transações de capital (Terra Networks e Fibril)

Outros resultados abrangentes (Terra Networks, TGLog, CloudCo Brasil, Aliança e outros investimentos)

Saldo em 31.12.21

Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados

Dividendos e juros sobre o capital próprio (Terra Networks) (nota 19)

Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Garliava, Vivo Money e Vivo Ventures)

Equivalência patrimonial na aquisição da Garliava

Ágio (Garliava) (nota 2.4)

Mais/menos valor dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora (Garliava) (nota 2.4)

Equivalência patrimonial pelos resultados - menos valor dos ativos líquidos adquiridos da Garliava, atribuída à controladora (nota 2.4)

Investimentos da controlada Vivo Ventures (nota 2.4)

Transações de capital

Outros resultados abrangentes (Terra Networks, TGLog, CloudCo Brasil, Aliança e outros investimentos)

Saldo em 31.12.22

Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados

Dividendos e juros sobre o capital próprio (Terra Networks) (nota 19)

Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Garliava, Vivo Money e Vivo Ventures)

Equivalência patrimonial na aquisição da Garliava

Ágio (Garliava) (nota 2.4)

Mais/menos valor dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora (Garliava) (nota 2.4)

Equivalência patrimonial pelos resultados - menos valor dos ativos líquidos adquiridos da Garliava, atribuída à controladora (nota 2.4)



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### d) Taxas de depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os trabalhos indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos. Essas alterações na estimativa contábil, reduziram a despesa de depreciação em R\$295.464 em 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os trabalhos não indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação. A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, exceto para os ativos de arrendamentos, que estão apresentados na nota 13.e.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Equipamentos de comunicação e transmissão	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%
Equipamentos terminais	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e modems)	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%

### e) Arrendamentos (Direitos de Uso e I) Composição e movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação consolidada dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.c).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo em 31.12.20	-	-	-	-
Adições	358.091	10.322.337	10.381	10.690.809
Subarrendamento (nota 13.c)	410.169	2.702.635	590	3.113.394
Depreciação	(482.455)	(2.254.000)	(656)	(2.737.111)
Cancelamentos de contratos	(4.893)	(245.237)	-	(250.130)
Saldo em 31.12.21	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785
Adições	39.688	31.118.954	71.596	3.229.338
Subarrendamento (nota 13.c)	-	1.665	-	1.665
Depreciação	(75.384)	(2.973.283)	(903)	(3.049.570)
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	-	526.515	-	526.515
Cancelamentos de contratos	-	(62.092)	-	(52.092)
Saldo em 31.12.22	245.216	11.082.417	81.008	11.408.641
Em 31.12.21	-	-	-	-
Custo	336.080	17.331.955	128.099	17.796.134
Depreciação acumulada	(55.168)	(6.870.397)	(117.784)	(7.043.349)
Total	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785
Em 31.12.22	-	-	-	-
Custo	375.767	20.946.410	199.695	21.521.872
Depreciação acumulada	(120.551)	(9.863.993)	(118.687)	(10.113.231)
Total	245.216	11.082.417	81.008	11.408.641

### e) Taxas de depreciação

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Equipamentos de comunicação e transmissão	10,00% a 66,67%	2,50% a 14,29%	10,00% a 66,67%	5,00% a 42,90%
Infraestrutura	2,26% a 85,71%	2,50% a 20,00%	2,26% a 85,71%	2,50% a 66,67%
Outros ativos imobilizados	26,09% a 37,50%	10,00% a 25,00%	26,09% a 40,00%	20,00% a 38,00%

### f) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$95.980 (R\$78.631 em 31 de dezembro de 2021).

### g) Equilíbrio da concessão

O modelo de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente. Frente a este cenário e com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural buscar-se um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, espantamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações.

A Companhia apresentou, no dia 21 de março de 2022, suas alegações iniciais no procedimento arbitral requerido, dentre outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor e a recomposição da sustentabilidade do contrato, bem como indenização pelo período em que o contrato permaneceu insustentável.

Após as alegações iniciais da Companhia, em junho de 2022 a ANATEL apresentou sua defesa. Em 19 de agosto de 2022 a Companhia apresentou réplica à defesa da ANATEL. Em 18 de outubro de 2022 foi apresentada a tréplica pela ANATEL. Em 17 de novembro de 2022 as partes especificaram as provas e em 8 de dezembro foi realizada a audiência das partes com o tribunal arbitral para a apresentação do caso.

A arbitragem é considerada um método ágil e técnico adequado para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazermos o prognóstico do resultado deste processo arbitral.

### h) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

De acordo com a referida Lei, a ANATEL apresentou em 5 de julho de 2022 metodologia com estimativa de valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, a ser validada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que após o voto do ministro relator sobre a legalidade da metodologia apresentada pela ANATEL, recebeu pedido de vistas de outro ministro, e deve voltar à pauta do tribunal em março de 2023. Após a decisão final do TCU sobre a metodologia aplicada, a ANATEL indicará o valor final para a adequação do instrumento de concessão para autorização. Valor este que, após confirmado e aceito pela Companhia, será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL.

### i) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral em Regime Público ("RCOU").

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e razoáveis, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes quejam fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público mediante indenização conforme termos do RCOU, caso tal serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário público. Refere-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Desta forma, o patrimônio da Concessionária, ao final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, não estará suscetível à reversão de sua propriedade à União. A cessão do uso dos bens compartilhados e da posse dos bens exclusivos do STFC passa a ser definida por meio de contratos específicos já previstos no manual operacional do Regulamento de Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COU/SCU, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução nº 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBB") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

Não obstante, é importante ressaltar que, no âmbito do processo administrativo TC nº 003.342/2022-9, em trâmite no TCU, foi expedido relatório técnico com menção a novo entendimento de que o RCOU deveria ser revisado. Tal entendimento ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal.

### 14. INTANGÍVEL

#### a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos dos ativos intangíveis são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Já os custos dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa contábil, com a utilização do ativo no momento da aquisição.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Quando um ágio tiver parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo foi baixado.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos intangíveis, incluindo o ágio, estão apresentadas na nota 15.a).

#### c) Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- Softwares: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes e marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

Vida útil indefinida	Controladora					Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças			
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156	40.575.774
Adições (2)	-	723.644	-	-	4.496.263	-	1.274.713	6.494.620
Baixas líquidas (3)	(158.161)	(17.035)	-	-	-	-	(175.196)	(330.392)
Transferências líquidas	-	1.694.306	-	-	-	-	(1.563.813)	130.493
Venda de negócios (4)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.622.537)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.102)	(2.925.615)	(6.946.228)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056	44.098.045
Adições (2)	-	345.060	-	-	190.066	-	2.259.900	2.795.026
Baixas líquidas	-	285	-	-	-	-	(918)	(633)
Transferências líquidas	-	2.076.388	-	-	-	-	(1.975.871)	100.517
Amortização (nota 26)	-	(1.850.079)	(148.971)	(84.205)	(1.143.114)	-	(3.094)	(3.325.463)
Saldo em 31.12.22	22.868.268	5.337.383	220.267	652.589	13.953.483	36.356	695.167	43.763.513
Em 31.12.21	22.868.268	22.335.454	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.557	412.056	76.909.732
Custo	-	(17.569.725)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	-	-	(32.811.666)
Amortização acumulada	-	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056	44.098.066
Total	22.868.268	-	-	-	-	-	-	-
Em 31.12.22	22.868.268	24.748.054	4.440.717	1.658.897	25.114.849	269.557	695.167	79.795.509
Custo	-	(19.410.671)	(4.220.450)	(1.006.308)	(11.161.356)	-	-	(36.031.996)
Amortização acumulada	-	5.337.383	220.267	652.589	13.953.483	36.356	695.167	43.763.513
Total	22.868.268	-	-	-	-	-	-	-

Vida útil indefinida	Consolidado					Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
	Ágio (1)	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças			
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080	40.582.117
Adições (2)	-	724.599	-	-	4.496.263	-	1.275.320	6.496.182
Baixas líquidas (3)	(158.161)	(16.884)	-	-	-	-	(175.045)	(330.090)
Transferências líquidas	-	1.695.398	-	-	-	-	(1.564.723)	130.675
Venda de negócios (4)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.624.532)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.104)	(2.927.812)	(6.947.642)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677	44.104.307
Adições (2)	-	352.129	-	-	190.066	-	2.260.031	2.802.225
Baixas líquidas	-	1.378	-	-	-	-	(149)	1.229
Transferências líquidas	-	2.077.044	-	-	-	-	(1.976.198)	100.846
Combinação de negócios - Garliava e Vita IT (nota 2.d)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (nota 26)	-	(1.853.464)	(161.188)	(84.770)	(1.417.412)	(3.094)	-	(3.519.928)
Saldo em 31.12.22	26.361.829	5.348.538	333.790	656.551	16.291.751	36.430	696.361	49.725.250
Em 31.12.21	22.868.268	22.451.551	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.639	412.677	77.026.532
Custo	-	(17.580.276)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	-	-	(32.922.225)
Amortização acumulada	-	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677	44.104.307
Total	22.868.268	-	-	-	-	-	-	-
Em 31.12.22	26.361.829	25.029.658	4.566.457	1.663.424	29.685.824	269.639	696.361	88.273.192
Custo	-	(19.681.120)	(4.232.667)	(1.006.873)	(13.394.073)	-	-	(38.547.942)
Amortização acumulada	-	5.348.538	333.790	656.551	16.291.751	36.430	696.361	49.725.250
Total	26.361.829	-	-	-	-	-	-	-

(1) Referem-se às operações da Santo Genoveise Participações (2004); Spanish e Figueira (2006); Telefônica Televisão Participações (2008); Vita Participações (2011); GVT Participações (2015) e Garliava e Vita IT (2022), compensados por baixas parciais nas vendas de negócios, como por exemplo do item 3).

(2) Os ingressos em licenças, referem-se à aquisição das licenças 5G (em 2021) e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e do Distrito Federal (em 2021 e 2022), nota 14.d.

(3) A baixa proporcional do ágio, refere-se às alienações dos investimentos da Fibrisil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021, conforme CPC 01 (R1) / IAS 36.

(4) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que foram utilizados na composição da participação societária da Companhia na Fibrisil em 2021.

#### d) Licenças, autorizações e prorrogações

**Prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, 900 MHz e 1800 MHz**

Após o deliberação sobre a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão nº 510, de 30 de setembro de 2020, que (i) a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação ("SOR") tratasse dos pedidos de prorrogação das autorizações de uso de radiofrequências vigentes nas subfaixas A e B, propondo seu deferimento, em caráter primário, até 29 de novembro de 2028, se atendidos os requisitos legais e regulamentares; e que (ii) o valor devido pela prorrogação deveria ser calculado a partir de parâmetros de valor presente líquido, de modo a refletir, segundo a ANATEL, o real valor econômico (valor de mercado) das faixas.

Sendo assim, depois de superados os trâmites necessários junto à SOR, o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 618, de 26 de novembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz, associadas ao Termo de Autorização nº 001/2006/PVCP/SPV-ANATEL outorgado à Companhia, à data de 28 de novembro de 2020, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato nº 7.281, de 26 de novembro de 2020.

A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorreu, na visão da ANATEL, da necessidade de se promover uma reorganização e readjustamento da utilização da faixa. Já o



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

a) Política contábil

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os detalhes dos planos de remuneração baseados em ações da Telefônica estão descritos na nota 30.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 26).

b) Composição

Encargos e benefícios sociais

Participação de empregados nos resultados

Planos de remuneração baseados em ações (nota 30)

Salários e remunerações

Total

Circulante

Não circulante

17. FORNECEDORES

a) Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

b) Composição

Fornecedores diversos (Opex, CapEx, Serviços e Mercadorias)

Partes relacionadas (nota 29)

Valores a registrar (operadores, cobilling)

Interconexão / interligação

Total

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Fistel (1)

ICMS

PIS e COFINS

Fret e Funttel

ISS, CIDE e outros tributos

Total

Circulante

Não circulante

(1) Refere-se aos saldos remanescentes de 2022, 2021 e 2020 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, estão com a exigibilidade suspensa. O montante está classificado como passivo não circulante.

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Política contábil

i) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

a.2) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

a.3) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescrites

Outros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber do Terra Networks

Saldo no início do exercício

Dividendos complementares do exercício anterior

Recebimento de dividendos

Dividendos do exercício corrente

Saldo no final do exercício

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

c.1) Composição

Telefônica (1)

Telefônica Latinoamérica Holding (1)

SP Telecomunicações Participações (1)

Telefônica Chile

Acionistas não controladores

Total

(1) Em 31 de outubro de 2022, houve a liquidação e extinção da SP Telecomunicações Participações Ltda. ("SPTE"). As ações de emissão da Companhia de titularidade da SPTE foram entregues às suas sócias Telefônica S.A. ("Telefônica") e Telefônica Latinoamérica Holding S.L. ("TLH"), na proporção de suas respectivas participações no capital social da SPTE, no âmbito da partilha do patrimônio líquido. Desta forma, os créditos de juros sobre o capital próprio e dividendos que a SPTE detinha foram transferidos para a Telefônica e TLH (nota 24.a).

c.2) Movimentação

Saldo no início do exercício

Dividendos complementares de exercício anterior

JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos

Prescrição de dividendos e JSCP

Pagamentos de dividendos e JSCP

IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP

Saldo no final do exercício

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Dados contábeis (Purchase Price Allocation - PPA)

Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do PPA gerados na aquisição dos controles da Vivo Participações (2011), da Global Village Participações (2015) e da Garilva e Vita IT (2022), relacionados a demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme o caso, ao seu valor justo na combinação de negócios. Valores a restituir a clientes (Lei Complementar nº 194/2022)

Em 23 de julho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, de 23 de julho de 2022, que trata sobre a incidência de impostos sobre diversos setores considerados pela respectiva Lei como bens e serviços essenciais e indispensáveis, acarretando a redução de alíquota de ICMS sobre os serviços de comunicações e a respectiva restituição desses montantes aos clientes. A contabilização destes montantes a restituir aos clientes foi realizada em contrapartida a descontos concedidos (nota 25).

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os sites (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa anual de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa financeira incorrida e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento

Refere-se a provisão de multas para o cancelamento de contratos de arrendamento oriundos da Garilva, decorrentes da alienação ou desligamento de sites.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A obrigação oriunda das provisões pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desfecho que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

c) Informações das provisões e contingências

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente, provisão para desmantelamento, valores a restituir a clientes e provisão para multas por cancelamentos de contratos de arrendamentos.

Provisões para demandas judiciais									
	Controladora				Passivo contingente a restituir a clientes	Valores a restituir a clientes	Provisão para desmantelamento	Total	
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	(PPA)				
Saldo em 31.12.20	473.180	1.711.591	864.127	1.207.331	823.245	-	407.815	5.487.289	
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27) (1)	205.292	282.450	310.064	542.813	(278.995)	-	(28.073)	1.035.581	
Outros ingressos (reversões)	-	-	(155)	-	-	-	12.431	12.276	
Baixas por pagamento	(313.039)	(118.579)	(646.558)	(20.884)	-	-	-	(1.099.061)	
Atualização monetária (1)	97.961	192.572	398.628	256.324	(55.652)	-	(14.068)	865.395	
Saldo em 31.12.21	463.394	2.058.034	926.105	1.986.244	488.598	-	378.105	6.300.490	
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	332.174	174.859	349.097	(160.024)	(12.458)	612.885	(9.811)	1.286.722	
Outros ingressos (reversões)	12.084	(6.832)	1.846	-	-	-	21.498	28.596	
Baixas por pagamento	(413.444)	(33.238)	(459.484)	(110.057)	-	(13.280)	-	(1.029.503)	
Atualização monetária	123.369	197.082	369.750	152.872	16.597	-	5.110	865.890	
Saldo em 31.12.22	517.577	2.389.825	1.187.314	1.869.035	492.837	599.605	395.902	7.452.095	
Em 31.12.21									
Circulante	204.279	-	293.506	200.313	-	-	-	698.098	
Não circulante	259.115	2.058.034	632.599	1.785.931	488.598	-	378.105	5.602.382	
Em 31.12.22									
Circulante	214.320	-	404.029	104.898	-	599.605	-	1.322.852	
Não circulante	303.257	2.389.825	783.285	1.764.137	492.837	-	395.902	6.129.243	

Provisões para demandas judiciais									
	Controladora				Passivo contingente a restituir a clientes	Valores a restituir a clientes	Provisão para desmantelamento	Total	
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	(PPA)				
Saldo em 31.12.20	499.710	1.799.252	871.951	1.207.331	823.245	-	408.642	5.610.131	
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27) (1)	205.540	282.699	313.935	542.843	(278.995)	-	(28.900)	1.037.122	
Outros ingressos	(319.511)	(118.579)	(652.112)	(20.884)	-	-	12.431	13.697	
Baixas por pagamento	(305.633)	(183.997)	(401.514)	256.954	(55.652)	-	-	(1.111.086)	
Atualização monetária (1)	100.633	178.977	378.977	256.954	(55.652)	-	(14.068)	862.378	
Saldo em 31.12.21	486.955	2.147.369	935.971	1.986.244	488.598	-	378.105	6.423.242	
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	340.680	168.212	345.748	(160.025)	(40.929)	615.750	(9.811)	1.259.625	
Outros ingressos	6.580	607	6.261	-	-	-	21.498	34.946	
Baixas por pagamento	(416.784)	(33.260)	(464.406)	(110.057)	-	(13.868)	-	(1.064.404)	
Atualização monetária - Garilva e Vita IT (nota 2.d)	-	-	-	-	481.897	-	655.827	1.137.724	
Saldo em 31.12.22	122.759	200.499	369.326	152.873	48.506	-	6.110	900.073	
Em 31.12.21	540.190	2.483.427	1.192.900	1.869.035	978.072	601.882	395.902	549.423	8.610.831
Circulante	206.279	-	295.722	200.313	-	-	-	702.314	
Não circulante	280.676	2.147.369	640.249	1.785.931	488.598	-	378.105	5.702.928	
Em 31.12.22									
Circulante	217.229	-	404.654	104.898	-	601.882	-	549.423	1.878.086
Não circulante	322.961	2.483.427	788.246	1.764.137	978.072	-	395.902	6.732.745	

(1) Passivo contingente (PPA) em 2021: principalmente pelos efeitos da reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs.

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco

Provisões

Contingências possíveis

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial e adicional de insalubridade ou periculosidade.

c.2) Provisões e contingências tributárias

Natureza/Grau de Risco

Provisões

Contingências possíveis

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glisa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de internet (dados); (vi) saldas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; (viii) serviços não medidos; (ix) crédito de CIAP; e (x) assinatura mensal, não abrangidos pela modulação dos efeitos decorrentes do julgamento do STF.

Provisões municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) Imposto Predial e Territorial Urbano; e (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões judiciais, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

c.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a emissão de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre royalties; (iii) compensação de FINSOCIAL; (iv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/1998; (v) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (vi) INSS sobre treje constitucional de férias.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glisa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de internet (dados); (vi) saldas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; (viii) serviços não medidos; (ix) crédito de CIAP; e (x) assinatura mensal, não abrangidos pela modulação dos efeitos decorrentes do julgamento do STF.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) Imposto Predial e Territorial Urbano; e (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões judiciais, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

c.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) Stock Options exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de swap; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "Fixed access unit" (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de juros, intercompany e operações de créditos; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) co-billing; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glisa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de reuso (consumo próprio e injeção de energia pública); (xvi) multa CDB/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de ergas públicos; (xix) valores dados a título de descontos; e (xx) assinatura mensal com discussão sobre franquia de minutos.



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Companhia, que compuseram o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico nº 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Companhia (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Companhia não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência-Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticadas pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado pela área técnica ao Tribunal do CADE, que decidiu que as operadoras praticaram conduta anticompetitiva. E após tal decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, que estão pendentes de julgamento.
- Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") assinado com a ANATEL em 28 de fevereiro de 2022, com início da vigência de 4 anos a partir da publicação no DOU, ocorrida em 3 de março de 2022. No TAC estão incluídos 24 PADs relativos aos temas de Qualidade, Interrupções e Direito dos Usuários, cujas multas estimadas e aplicadas foram trocadas por investimentos em 14 compromissos de ajuste de conduta e compromisso adicional de construção de rota de backbone de fibra. Com o início da vigência do TAC e consequente arquivamento dos referidos PADs que o compõe. Em 2022, houve baixas de R\$42 milhões e R\$324 milhões de processos com chances de perda possíveis e possíveis, respectivamente.
- Processo instaurado pela ANATEL para apurar eventuais providências acerca de possível repasse dos ganhos decorrentes de decisão do STF, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS entre 2002 e 2017 nos planos da concessão. Neste processo, a Procuradoria e a área técnica da ANATEL entendem que tais ganhos não decorrem de eficiência empresarial, mas sim de uma alteração na ordem tributária. A proposta de devolução sugerida pela ANATEL seria por meio de uma revisão tarifária para planos básicos e a construção de infraestrutura de backbone de alta capacidade para os planos alternativos, totalizando o valor de aproximadamente R\$1 bilhão, que avaliamos com chance de perda possível. O caso será julgado pelo Conselho Diretor da ANATEL, a partir do qual poderá ser desaliado por meio de procedimentos arbitrais.
- Procedimento de Ajustação de Descumprimento de Obrigações ("PADO") que trata de metas de cobertura cuja multa aplicada de R\$127 milhões pôde ser convertida em obrigação de fazer, que consiste em meio alternativo de cumprimento de sanção à multa, para investimento para instalação de estação rádio base 4G em 188 localidades desprovidas desta tecnologia, cuja instalação deve ocorrer em 2 anos e meio, com custos de manutenção equivalentes ao período de 1 ano. A instalação não pode decorrer de acordos de *ran sharing*, swap, aluguel de redes, contratos de exploração industrial, ou outros meios contratuais. Após adesão e confirmação de adesão pela ANATEL, o cumprimento dentro do prazo determinado será objeto de acompanhamento.
- A Companhia é parte em ações judiciais que discutem nulidade de cláusulas contratuais e obrigações de fazer e não fazer atreladas a suspensão de serviços, não aumento de tarifas, reparos e manutenção de postes, que não envolvem valor financeiro determinado e, na fase atual em que se encontram, são inestimáveis. Os referidos processos aguardam julgamento nos tribunais.

### 21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS, LICENÇAS 5G E PASSIVOS PELA AQUISIÇÃO DE SOCIEDADE

#### a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia e suas controladas não capitalizam os custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

#### Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do arrendamento, ou pela rescisão do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início por uma taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiários ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e suas controladas.

#### c) Composição

	Consolidado				31.12.21			
	Circulante	Não Circulante	Total		Circulante	Não Circulante	Total	
Instituições financeiras (c.1)	1.073.090	-	1.073.090	50	4	54		
PSI	3	-	3	50	4	54		
Lei nº 4.131	1.073.087	-	1.073.087	-	-	-		
Fornecedores (c.2)	236.833	3.500.000	3.736.833	224.556	-	224.556		
Debêntures (c.3)	-	-	-	1.028.463	-	1.028.463		
5ª emissão	-	-	-	-	-	-		
7ª emissão	236.833	3.500.000	3.736.833	-	-	-		
Arrendamentos (c.4)	3.503.167	8.529.436	12.032.603	2.907.481	8.322.618	11.230.099		
Licenças 5G (c.5)	652.301	1.191.670	1.843.971	2.746.342	1.704.466	4.504.806		
Passivos pela aquisição de sociedade (c.6)	584.554	60.745	645.299	-	-	-		
Total	6.019.945	13.281.851	19.301.796	6.906.892	10.027.086	16.933.978		

Todo passivo demonstrado no quadro acima foi contratado em moeda nacional (R\$), exceto pelo empréstimo junto ao Citibank, contratado em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

#### c.1) Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato com o Citibank em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da Lei nº 4.131, no montante de US\$ 213.413 mil, equivalente a R\$1.000.000, com vencimento em 28 de setembro de 2023, remunerado à 3,1544% a.a. O pagamento de juros será semestral e do principal no final da operação. Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por CDI + 0,70% a.a.

#### c.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obtinha extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 98,9% e 120,8% do CDI em 31 de dezembro de 2021. Em 2022, a Companhia realizou a quitação de todos os saldos dos acordos.

#### c.3) Debêntures

##### 5ª emissão

A 5ª emissão foi liquidada em 8 de fevereiro de 2022, data de vencimento. O valor total de quitação foi R\$1.039.012, sendo R\$1.000.000 de principal e R\$39.012 de encargos.

##### 7ª emissão

Em 14 de julho de 2022, a Companhia concretizou a integralização da 7ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quinqüenal, em 2 séries. Foram emitidas 3.500.000 debêntures com o valor unitário nominal de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$3.500.000 e concluída a liquidação da respectiva oferta pública com esforços restritos.

- A 1ª série, no valor nominal de R\$1.500.000, tem remuneração de CDI + 1,12% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2025.
- A 2ª série, no valor nominal de R\$2.000.000, tem remuneração de CDI + 1,35% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2027.

As debêntures contam com o componente de sustentabilidade (debêntures vinculadas a desempenho Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG")), que permite sua classificação como "sustainability-linked", nos termos exigidos pela *International Capital Market Association* nos *Sustainability-Linked Bond Principles*, versão de junho de 2020.

#### c.4) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e locação; (ii) aluguel de sites contendo *Build to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; e (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo de vencimento mais longo desses contratos era em março de 2036. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 13,45%, com prazo médio de vencimento de 5,51 anos. A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado		31.12.21	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Valor nominal a pagar	15.760.333	13.997.417	15.760.333	13.997.417
Despesa financeira não realizada	(3.727.730)	(2.767.318)	(3.727.730)	(2.767.318)
Valor presente a pagar (1)	12.032.603	11.230.099	12.032.603	11.230.099
Circulante	3.503.167	2.907.481	3.503.167	2.907.481
Não circulante	8.529.436	8.322.618	8.529.436	8.322.618

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluíamos os montantes de R\$55.960 e R\$70.845, respectivamente, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefônica (nota 29).

#### c.5) Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia 5G, realizados pela ANATEL, dos quais a Companhia foi a vencedora. Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, prorrogáveis, sucessivamente, nos termos da Lei nº 9.472/1997 (nota 14.d).

Estes montantes estão sendo atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), acumulada mensalmente e pela variação do IGP-DI, conforme o caso.

Estes Termos têm como garantia contratos de seguros.

#### c.6) Passivos pela aquisição de sociedade

##### c.6.1) Aquisição da Garilva

Conforme comentado na nota 2.d), a Companhia possui alguns passivos previstos em cláusulas do Contrato, celebrado em 28 de janeiro de 2021 entre a Companhia e a Oi, apresentados a seguir:

##### Retenção contratual:

Retenção de 10% do preço de aquisição no montante de R\$488.458. Esse montante está sendo corrigido pela variação de 100% do CDI desde a data da aquisição e permanecerá retido para garantir eventuais compensações de valores decorrentes de ajuste de preço pós-fechamento e de indenização decorrente de atos remanescentes a serem praticados após o fechamento nos termos do Contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$522.297, valor este que se encontra depositado em juízo (nota 10).

##### Contraprestação constante

Parte do preço da transação é condicionado ao atingimento de alguns objetivos/metad. A Companhia avaliou e concluiu que todos serão cumpridos e com atingimento de 100% do *target*. Com isso, o valor justo desses compromissos, representa de R\$110.205, que está sendo corrigido pela variação de 100% do CDI desde a data da aquisição até a data do efetivo pagamento e deverá ser integralmente pago à Oi, previsto para ocorrer em até 12 meses. Com o cumprimento dos objetivos/metad previstos, até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já efetuou o pagamento de R\$100.000. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$15.000.

##### Custos rescisórios

As despesas de aquisição, foi acrescido R\$8.333 referente aos custos rescisórios incorridos pela Oi com o desligamento e recontratação de empregados da Oi pela Garilva. Estes valores serão integralmente reembolsados em até 30 dias contados da data de notificação a ser enviada pela Oi. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$8.333.

##### c.6.2) Aquisição da Vita IT por controlada indireta

O valor da contraprestação total transferida pela aquisição da Vita IT pela TIS, controlada indireta da Companhia, foi de R\$110.815. Deste montante, R\$42.000 foram pagos à vista no momento da conclusão da operação e R\$68.815 serão pagos conforme cláusulas contratuais, sendo atualizado pelo IPCA, nota 2.d).

##### d) Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Consolidado				Passivos pela aquisição de sociedade - Vita IT (nota 2.d)			
	Debêntures	Arrendamentos	Licenças 5G	de sociedade - Vita IT (nota 2.d)	Debêntures	Arrendamentos	Licenças 5G	Total
2024	-	2.723.908	352.003	60.745	-	-	-	3.136.656
2025	1.500.000	1.830.887	52.531	-	-	-	-	3.383.418
2026	-	1.336.718	52.531	-	-	-	-	1.389.249
2027	2.000.000	931.904	52.531	-	-	-	-	2.984.435
2028 em diante	-	1.706.019	682.074	-	-	-	-	2.388.093
Total	3.500.000	8.529.436	1.191.670	60.745	-	-	-	13.281.851

Ano	Consolidado				Passivos pela aquisição de sociedade - Garilva e Vita IT (nota 2.d)			
	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento (fornecedores)	Licenças 5G	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento (fornecedores)	Total
2024	-	-	-	-	-	-	-	-
2025	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-	-	-
2027	2.000.000	-	-	-	-	-	-	-
2028 em diante	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.500.000	-	-	-	-	-	-	-

**e) Movimentações**

Ano	Consolidado				Passivos pela aquisição de sociedade - Garilva e Vita IT (nota 2.d)			
	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento (fornecedores)	Licenças 5G	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento (fornecedores)	Total
Saldo em 31.12.20	112	3.044.578	10.818.778	375.709	112	3.044.578	10.818.778	13.239.166
Investimentos (1)	-	-	3.113.349	221.840	-	-	4.59.442	7.794.631
Encargos financeiros (nota 28)	20	49.786	828.710	7.899	20	49.786	828.710	924.215
Custos de emissão	-	1.082	-	-	-	1.082	-	1.082
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(270.164)	-	-	-	(270.164)	-
Baixas (pagamentos) de principal	(74)	(1.028.312)	(2.455.690)	(370.635)	(74)	(1.028.312)	(2.455.690)	(3.901.147)
Baixas (pagamentos) de encargos	(4)	(38.659)	(806.884)	(10.248)	(4)	(38.659)	(806.884)	(853.805)
Saldo em 31.12.21	54	1.028.463	11.230.099	224.556	54	1.028.463	11.230.099	16.933.978
Ingressos (1)	1.000.000	3.500.000	3.229.338	-	1.000.000	3.500.000	3.229.338	7.729.338
Variação cambial (nota 28)	108.310	-	-	-	108.310	-	-	108.310
Encargos financeiros (nota 28)	(17.559)	247.381	1.292.376	5.816	(17.559)	247.381	1.292.376	1.850.286
Combinação de negócios - Garilva e Vita IT (nota 2.d)	-	-	589.024	-	-	-	675.811	1.264.835
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(67.220)	-	-	-	(67.220)	-
Baixas (pagamentos) de principal	(50)	(1.000.000)	(2.940.222)	(224.556)	(50)	(1.000.000)	(2.940.222)	(6.986.220)
Baixas (pagamentos) de encargos	(17.665)	(39.011)	(1.300.792)	(5.816)	(17.665)	(39.011)	(1.300.792)	(1.533.511)
Saldo em 31.12.22	1.073.090	3.736.833	12.032.603	4.504.806	1.073.090	3.736.833	12.032.603	19.301.796

(1) Os montantes de ingressos de financiamento (fornecedores), arrendamentos e licenças 5G, não têm efeitos de ingresso em recursos (caixa).

### 22. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	694.450	615.083	865.407	619.881
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados (2)	78.027	91.058	78.027	91.058
Subvenções governamentais	28.162	39.341	28.162	39.341
Outras	8.016	8.230	11.827	8.230
Total	808.655	753.712	983.423	758.510
Circulante	670.945	599.873	845.645	604.646
Não circulante	137.710	153.839	137.778	153.864

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente representados pela venda de créditos de pré-pago.

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	619.881	529.179
Ingressos	794.042	7.496.088
Outras	(7.583.663)	(7.405.386)
Total	865.407	619.881

#### Saldo no início do exercício

##### Ingressos

##### Outras

Combinação de negócios - Garilva (nota 2.d)

#### Saldo no final do exercício

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais, não circulante.

2026	3.594
2027	3.382
2028 em diante	8.128
<b>Total</b>	<b>865.407</b>



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2021

Em AGO realizada em 26 de abril de 2022, foram aprovadas, por maioria dos votos dos detentores das ações ordinárias presentes, as demonstrações financeiras e destinações do resultado do exercício de 2021.

Tendo em vista as aquisições de ações próprias mantidas em tesouraria no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia, a Companhia divulgou um Comunicado ao Mercado em 26 de abril de 2022, informando que o valor por ação ordinária do dividendo adicional proposto no montante de R\$2.028.524 foi atualizado para 1,212002. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 18 de outubro de 2022, sendo creditado individualmente aos acionistas, obedecendo a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de abril de 2022.

Durante o exercício de 2021, a Companhia destinou dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Natureza	Aprovação		Crédito		Início do pagamento		Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
JSCP	12/02/21	26/02/21	19/07/22	150.000	127.500	0,075561			
JSCP	18/03/21	31/03/21	19/07/22	270.000	229.500	0,136084			
JSCP	15/04/21	30/04/21	19/07/22	280.000	238.000	0,141197			
JSCP	17/06/21	30/06/21	19/07/22	630.000	535.500	0,317815			
JSCP	16/09/21	30/09/21	19/07/22	600.000	510.000	0,303695			
JSCP	10/12/21	27/12/21	19/07/22	805.000	684.250	0,408035			
Dividendos	10/12/21	27/12/21	18/10/22	1.500.000	1.500.000	0,894487			
Dividendos	26/04/22	26/04/22	18/10/22	2.028.524	2.028.524	1,212002			
Total				6.239.364	5.853.274				

d.2) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei das S.A.s, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$167.449 e R\$116.236, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

d.3) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das S.A.s.

A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.085.013	6.239.364
(-) Apropriação à reserva legal	(204.250)	(311.968)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(95.095)	(43.009)
Lucro líquido ajustado	3.785.668	5.884.387
(3) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	(3.075.000)	(4.235.000)
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.075.000)	(2.735.000)
Dividendos Intermediários	(1.000.000)	(1.500.000)
Saldo de lucro líquido não destinado	710.668	1.649.387
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	167.449	116.236
(-) Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	(51.385)	262.901
Lucro disponível para distribuição	826.731	2.028.524
Proposta para a distribuição:		
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	826.731	2.028.524
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	946.417	1.471.097

O valor por ação ordinária dos dividendos adicionais propostos para 2022 foi de R\$0,496965 (R\$1,209659 para 2021).

A proposta para a deliberação do exercício de 2022, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2023.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos hedge de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos tributos.

	Controladora / Consolidado	
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Efeitos da conversão de investimentos no exterior
Saldo em 31.12.20	(8.791)	78.826
Perdas com conversão	-	(1.186)
Ganhos com derivativos	3.738	3.738
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(283)	(283)
Saldo em 31.12.21	(9.074)	77.640
Perdas com conversão	-	(16.258)
Ganhos com derivativos	424	424
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(140)	(140)
Saldo em 31.12.22	(9.214)	61.382

f) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações ordinárias	4.085.013	6.239.364
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.670.851	1.683.095
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)	2,44	3,71

g) Participação de acionistas não controladores

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 (2,00%), descritas na nota 2.d), as informações consolidadas apresentavam montantes de participação de acionistas controladores e não controladores, como segue:

	Vivo Ventures	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	Total
Patrimônio líquido na data do closing (1)				
Companhia	-	47.694	41.352	89.046
Acionistas não controladores	-	47.674	41.336	89.010
Movimentos em patrimônio líquido em 2021				
Companhia	-	(7)	-	(7)
Acionistas não controladores	-	(4)	-	(4)
Acionistas não controladores	-	(3)	-	(3)
Movimentos em resultado em 2021				
Companhia	-	(9.260)	(752)	(10.012)
Acionistas não controladores	-	(9.256)	(751)	(10.007)
Patrimônio líquido em 31.12.21	-	76.845	81.185	158.030
Companhia	-	38.430	40.600	79.030
Acionistas não controladores	-	38.415	40.585	78.999
Patrimônio líquido na data do closing (1)				
Companhia	5.000	-	-	5.000
Acionistas não controladores	4.900	-	-	4.900
Movimentos em patrimônio líquido em 2022				
Companhia	100	-	-	100
Acionistas não controladores	16.068	(78)	(328)	15.662
Acionistas não controladores	15.747	(39)	(164)	15.544
Movimentos em resultado em 2022				
Companhia	(543)	(55.192)	981	(54.754)
Acionistas não controladores	(532)	(55.192)	981	(54.754)
Patrimônio líquido em 31.12.22	20.525	21.575	81.838	123.938
Companhia	20.115	10.789	40.927	71.831
Acionistas não controladores	410	10.786	40.911	52.107

(1) Datas do closing: Vivo Ventures em 11/04/22; CloudCo Brasil em 02/08/21 e IoTCo Brasil em 1º/11/21.

h) Reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 (2,00%), descritas na nota 2.d), apresentamos a reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro líquido da Companhia (Controladora)	4.085.013	6.239.364
Participação de acionistas não controladores	(27.111)	(10.007)
CloudCo Brasil	(27.590)	(9.256)
IoTCo Brasil	490	(751)
Vivo Ventures	(111)	-
Lucro líquido da Companhia (Consolidado)	4.057.902	6.229.357

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

As receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços (fixa, móvel, dados, internet ou televisão), são alocadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contaprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita.

Quando os pacotes promovem algum desconto no equipamento ou serviço, é feito o ajuste contábil para alocar o preço de venda entre eles com base no preço justo deles, constituindo um ativo ou passivo contratual, o qual é apropriado ao resultado ao longo de períodos subsequentes.

As receitas correspondem, substancialmente, à prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.

As receitas referentes às vendas de créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento (produto Vivo TECH), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

A receita da venda de aparelhos celulares, *smartcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS, conforme o caso, PIS e COFINS, conforme o caso.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta	65.356.929	64.198.736	67.761.022	64.611.536
Serviços (1)	58.464.337	57.856.756	60.845.159	58.263.461
Mercadorias (2)	6.892.592	6.341.980	6.915.863	6.348.075
Deduções da receita operacional bruta	(19.303.978)	(20.514.668)	(19.719.860)	(20.578.923)
Tributos	(11.085.934)	(12.955.181)	(11.460.921)	(13.019.110)
Serviços	(9.711.139)	(11.753.439)	(10.080.992)	(11.815.168)
Mercadorias	(1.374.795)	(1.201.742)	(1.379.029)	(1.203.942)
Descontos concedidos e devoluções	(8.218.044)	(7.559.487)	(8.259.839)	(7.559.813)
Serviços (3)	(6.157.916)	(5.533.391)	(6.199.625)	(5.533.773)
Mercadorias	(2.060.128)	(2.026.096)	(2.060.214)	(2.026.040)
Receita operacional líquida	46.052.951	43.684.088	48.041.162	44.032.613
Serviços	42.595.282	40.569.926	44.564.542	40.914.520
Mercadorias	3.457.669	3.114.162	3.476.620	3.118.093

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui venda de aparelhos celulares, *smartcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

(3) Os saldos consolidados acumulados em 31 de dezembro de 2022 incluem R\$615.750, referente aos valores a restituir aos clientes em decorrência da Lei Complementar nº 194 de 23 de julho de 2022, que tratou sobre a incidência de impostos sobre diversos setores considerados pela respectiva Lei como bens e serviços essenciais e indispensáveis, acarretando a redução de alíquota de ICMS sobre os serviços de comunicações, contabilizados como descontos concedidos. A contabilização do montante mencionado, foi realizada em contrapartida a "Provisões e Contingências", nota 20.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias	906.698	(3.032.133)	(683.247)	(4.622.078)	(739.542)	(2.645.426)	(567.720)	(3.952.688)
Despesas com Administração e Treinamento	(8.076.143)	(5.696.770)	(1.043.291)	(14.816.204)	(7.989.422)	(5.782.011)	(1.036.418)	(14.807.851)
Despesas com Depreciação e Amortização	-	(1.245.217)	-	(1.245.217)	-	(1.425.772)	-	(1.425.772)
Despesas com Depreciação e Amortização	(9.844.332)	(1.508.686)	(822.051)	(12.175.069)	(9.683.823)	(1.506.488)	(836.976)	(12.072.287)
Custo das mercadorias vendidas	(3.826.116)	-	-	(3.826.116)	(3.214.081)	-	-	(3.214.081)
Despesas operacionais	(86.336)	(94.927)	(24.093)	(205.356)	(79.495)	(132.737)	(32.753)	(244.985)
Total	(25.785.140)	(11.678.208)	(2.671.085)	(40.134.433)	(24.587.279)	(11.582.804)	(2.567.282)	(38.737.365)

Pessoal (1)

Serviços de terceiros (2)

Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)

Impostos, taxas e contribuições (4)

Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)

Depreciação e amortização (5)

Custo das mercadorias vendidas

Materiais e outros custos e despesas operacionais

Total

(1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.

(2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, *call center*, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.

(3) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.

(4) Inclui os custos e despesas com as taxas Fielat, Fust, Funtel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.

(5) Inclui os montantes consolidados de R\$3.049.570 e R\$2.737.111 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.e).

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Multas e despesas recuperadas (1)	953.086	2.534.039	960.851	2.534.835
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 20)	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Resultado operacional na operação da Fibra, incluindo a baixa do ágio (nota 2.d)	-	416.577	-	416.577
Outras receitas operacionais, líquidas (2)	321.861	61.816	281.732	42.235
Total	591.299	1.950.778	588.897	1.927.625
Outras receitas operacionais	1.274.947	3.012.432	1.242.583	2.993.647
Outras despesas operacionais	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Total	591.299	1.950.778	588.897	1.927.625

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os créditos fiscais, nos montantes de R\$396.723 e R\$1.660.295, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9). O saldo remanescente refere-se a multas contratuais e outros créditos fiscais.

(2) Inclui os montantes dos ganhos líquidos na alienação de ativos (imóveis, sucatas etc.) e despesas com tributos sobre outras receitas operacionais.

28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

a) Política contábil

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhos ou incorridos.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que vendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	499.145	299.658	571.784	312.978
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	151.177	110.780	154.263	111.585
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	390.146	149.089	390.146	149.089
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (depósitos judiciais, tributos e outros) (1)	1.026.835	727.822	1.040.811	734.336
Outras receitas financeiras	49.838	2.415	59.194	2.545
Total	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.5



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Demonstração dos Resultados					
	2022			2021		
	Natureza da transação	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Controladoras						
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	10.839	2.630	12	574
Telefônica Latinoamérica Holding	d)	-	16.280	(428)	-	5.925
Telefônica	d) / m)	-	(449.933)	12.113	-	(375.994)
		-	(422.814)	14.315	12	(369.495)
Outras empresas do grupo						
Telefônica Global Solutions Participações	a) / d) / f) / k) / n)	13.928	(110.417)	-	7.510	(108.094)
Telefônica Compras Eletrônica	g)	-	(24.453)	(15)	-	(38.911)
Telefônica Digital Espanha	h)	-	(177.107)	5.390	-	(155.508)
Telefônica Factoring do Brasil	d) / o)	5	1.455	(5.109)	1.882	254
Telefônica Global Technology	e)	-	(74.512)	17	-	(88.397)
Telefônica Global Solutions Usa	f) / j) / k)	50.969	(67.157)	1.055	52.732	(72.781)
Telefônica Global Solutions Usa	f) / j)	-	(17.407)	766	343	(21.613)
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	a) / d) / f) / j) / n)	12.542	(236.318)	1.688	43.338	(235.371)
Telefônica AIX Participações	d) / e) / j) / n)	1.713	(152.374)	-	974	(120.364)
Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	p)	30	(7.963)	20	-	(3.856)
Telefônica IoT & Big Data Tech	d) / n)	168	(210)	-	16.891	(1.650)
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech	d) / h)	-	(101.757)	5.482	-	(76.218)
Telefônica Infra	c)	-	(19.238)	708	-	(19.842)
FibraR Infraestrutura e Fibra Ótica	b) / d) / n)	7.639	(49.704)	973	39.018	(32.117)
Outras		-	10.072	(19.452)	1.602	11.543
Total		97.066	(1.048.650)	24.747	174.251	(1.031.961)
		97.066	(1.471.464)	39.062	174.263	(1.401.459)

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de R\$35.241 e R\$32.205, respectivamente. Destes montantes, R\$21.141 (R\$19.658 em 31 de dezembro de 2021) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$14.100 (R\$12.547 em 31 de dezembro de 2021) a remuneração variável, que inclui os planos de remuneração em ações. Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSF") e *Performance Share Plan* ("PSP")), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A Companhia aprovou um plano de incentivo (*Performance Share Plan* ("PSP VIVO")) via unidades de performance, com liquidação em caixa ("Plano"). Os participantes do Plano farão jus à outorga de um determinado número de unidades representativas de 01 (uma) ação de emissão da Companhia (VISTA) ("Unidade" e "Ação"). Cada Unidade representa a expectativa do direito ao recebimento do valor integral de 01 (uma) Ação, a qual servirá de base, tendo em vista o número de Unidades recebidas, para determinar o valor do incentivo a ser pago pela Companhia em dinheiro aos participantes.

A entrega das ações e/ou do incentivo está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica ou da Companhia, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica, ou da Companhia e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3,3850 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2022 eram:

- Talent for the Future Share Plan ("TFSF")**, para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:
  - Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 134 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 107.600 ações da Telefônica.
  - Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 173 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 295.000 ações da Telefônica.
  - Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 136 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 289.500 ações da Telefônica.
- Performance Share Plan ("PSP")**, para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:
  - Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 76 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 499.757 ações da Telefônica.
  - Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 83 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.654.058 ações da Telefônica.
  - Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 103 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 865.821 ações da Telefônica.
- Performance Share Plan ("PSP VIVO")**, para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível local:
  - Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 101 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber o valor referente a 431.607 ações da Companhia.
- Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefônica**:
  - Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).
  - Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final deste período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.
  - O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de retenção de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos participantes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração"). A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 26), nos montantes de R\$38.528 e R\$17.867 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R\$77.175 e R\$109.682, respectivamente, incluindo tributos.

31. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata nas demonstrações financeiras correspondente ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração dos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificados para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuem contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/1998 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsto dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLos e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLos, TIS e CloudCo Brasil

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar ("Visão Prev") e Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel").

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custo de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTNs, LFTs, LTWs, operações compromissadas, CDBs, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

A execução dos planos CTB e plano de assistência médica - Lei nº 9.656/1998, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos, pois considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes). A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

c.1) Planos de benefícios de saúde pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2022, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/1998 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, ambos projetados para 31 de dezembro de 2022. Para o exercício comparativo, a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2021, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/1998 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2021, ambos projetados para 31 de dezembro de 2021.

c.1.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocinou planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

c.1.2) Plano de assistência médica - Lei nº 9.656/1998

Em atendimento à Lei nº 9.656/1998, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuem contribuição fixa para o plano.

Conforme previsto dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

c.2) Planos de previdência pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência CTB e PBS-A utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2022, projetado para

31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021. A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência Telefônica BD e Planos Visão utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021.

c.2.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Conforme Portaria Nº 1.061 da PREVIC, de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9 de dezembro de 2019, a Sistel aprovou distribuição de parte de seu *superávit*, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R\$215.328, com distribuição prevista na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano, já recebidas em sua totalidade pela Companhia (Nota 11).

Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

c.2.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições ao plano CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.2.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de *Application Lifecycle Management* ("ALM") estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo derivado padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.

As contribuições são definidas conforme o plano de custo, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.2.4) Planos Visão (Visão Telefônica e Visão Multi)

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$53.732 em 31 de dezembro de 2022 (R\$54.592 em 31 de dezembro de 2021).

As contribuições aos planos Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego

c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

Consolidado					
31.12.22			31.12.21		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
1.969.220	1.495.397	3.464.617	2.066.175	1.401.044	3.467.219
3.273.309	909.271	4.182.580	3.310.273	860.165	4.170.438
(1.304.089)	586.126	(717.963)	(1.244.098)	540.879	(703.219)
1.368.816	114.804	1.483.618	1.217.739	40.146	1.257.885
-	-	-	(90.538)	-	(90.538)
(4.161)	-	(4.161)	(4.613)	-	(4.613)
7.643	19.734	27.377	7.146	12.800	19.946
61.243	681.196	742.439	61.646	568.225	629.871

c.3.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

Consolidado					
2022			2021		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
1.857	13.667	15.524	2.184	21.361	23.545
(2.466)	51.628	49.162	(7.062)	70.436	63.374
(609)	65.295	64.686	(4.878)	91.797	86.919

Custo do serviço corrente

Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	1.857	13.667	15.524	2.184	21.361
Total	(2.466)	51.628	49.162	(7.062)	70.436
	(609)	65.295	64.686	(4.878)	91.797

c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

Consolidado					
2022			2021		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
(46.511)	6.843	(39.668)	(70.083)	(399.872)	(469.955)
46.240	71.149	117.389	56.024	17.008	73.032
(271)	77.992	77.721	(14.059)	(382.864)	(396.923)

c.3.4) Moviment



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	8,56% a 8,61%	8,74% a 8,78%
Taxa de crescimento salarial futuro	4,32% a 6,09%	Não aplicável
Taxa de crescimento dos custos médicos	Não aplicável	6,35%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,3%	Não aplicável
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	57 a 60 anos	57 a 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	Não aplicável	57 a 60 anos
Tábua de mortalidade de válidos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% e 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
Tábua de entrada em invalidez	Light-Forte: Álvaro Vindas (suavizada em 50%); Light-Fraca (suavizada em 50%)	Light-Forte: Álvaro Vindas (suavizada em 50%); Light-Fraca (suavizada em 50%)
Rotatividade	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2022 e 2021 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,50% em 2022 e 3,25% 2021; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0% para 2022 e 2021.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos. As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais.

Consolidado		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
1.969.220	1.495.397	3.464.617
2.112.377	1.653.990	3.766.367
(143.157)	(158.593)	(301.750)

Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente  
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior  
Variação observada pela alteração das premissas atuariais

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajustar a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento e redução na taxa de desconto utilizada para ajustar a valor presente do passivo de benefício definido e na taxa de crescimento dos custos médicos.

Consolidado		
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
1.969.220	1.495.397	3.464.617
1.969.220	1.700.076	3.669.296
1.969.220	1.326.082	3.295.302
1.969.220	1.495.397	3.464.617
1.901.638	1.406.988	3.308.626
2.041.501	1.593.293	3.634.794

Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual  
Considerando-se uma taxa aumentada em 1%  
Considerando-se uma taxa reduzida em 1%  
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual  
Considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%  
Considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

Consolidado			
31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
2.809.035	848.895	2.756.822	799.953
161.175	60.376	222.907	59.352
164.776	-	136.725	-
20.716	-	29.278	-
840	-	983	-
6.895	-	20.919	-
20	-	23.379	860
6.217	-	5.667	-
84.497	-	91.845	-
17.215	-	20.496	-
1.922	-	1.352	-
3.273.309	909.271	3.310.273	860.165

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactam no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administrações dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar o casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, valores a receber de alienação de imóveis e outros e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: são subsequentemente mensurados a custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa desses ativos é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou (ii) ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam um modelo de impairment para ativos financeiros com base nas perdas de crédito esperadas, usando um método simplificado para certos ativos de curto e longo prazo (recebíveis comerciais, recebíveis de arrendamentos e ativos contratuais).

De acordo com essa abordagem simplificada, a redução do valor recuperável é reconhecida por referência às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil do ativo. Para esse fim, a Companhia e suas controladas utilizam matrizes baseadas na experiência histórica de inadimplência em um portfólio segmentado por categoria de cliente, de acordo com o padrão de risco. A matriz para cada categoria tem um horizonte de tempo definido, dividido em intervalos, de acordo com a política de gerenciamento de coleta e é alimentada com dados históricos que cobrem pelo menos 24 ciclos de coleta. Esses dados são atualizados regularmente. Com base nas informações observáveis a cada fechamento, a Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de ajustar as taxas resultantes dessas matrizes, considerando as condições atuais e as projeções econômicas futuras.

a.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças SG, passivos pela aquisição de sociedade, instrumentos financeiros derivativos, obrigações com a ANATEL, valores a restituir a clientes e obrigações com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de cash flow hedge. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incalculáveis.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desajuste ao longo da aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

a.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliam seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

a.4) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.5) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: (i) existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; (ii) o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e (iii) o índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

No reconhecimento inicial de um relacionamento de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de hedge, podemos classificar como: hedge de fluxo de caixa e hedge a valor justo. Os contratos da Companhia são classificados como hedges de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de hedge é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de hedge em particular exclui da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilidade de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de hedge é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são iniciados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratuais.

Quando um instrumento financeiro derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge) for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como hedge eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (hedges).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a essa estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (hedge accounting), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de hedge accounting. Essa contabilidade de hedge se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a aplicação do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a aplicação do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como swaps, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Consolidado		Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Valor a receber (a pagar)	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	1.701.304	285.243	158.023	60.884
Moeda estrangeira	1.526.619	243.812	105.663	116
US\$ (1) (2)	1.428.565	148.060	105.472	-
EUR (1)	95.231	90.114	167	-
NDF US\$ (4)	2.823	5.638	24	116
Taxa pós	143.813	-	1.357	-
CDI (1)	143.813	-	1.357	-
Índices de inflação	30.872	41.431	51.003	60.768
IPCA (3)	30.872	41.431	51.003	60.768
Ponta Passiva	(1.701.304)	(285.243)	(164.141)	(73.560)
Taxa pós	(1.579.506)	(279.605)	(163.730)	(73.560)
CDI (1) (2) (3)	(1.579.506)	(279.605)	(163.730)	(73.560)
Taxa pré	(2.823)	(5.638)	-	-
NDF US\$ (4)	(2.823)	(5.638)	-	-
Moeda estrangeira	(138.975)	-	(411)	-
US\$ (1)	(143.813)	-	(411)	-
EUR (1)	24.838	-	-	-
Ponta ativa			158.023	60.884
Circulante			113.501	6.451
Não Circulante			44.522	54.433
Ponta passiva			(164.141)	(73.560)
Circulante			(86.548)	(4.538)
Não Circulante			(77.593)	(69.022)
Valores a pagar, líquidos			(6.118)	(12.676)

(1) Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (RS95.195) e (dólar e CDI x dólar) (RS172.134) - operações de swap contratadas com vencimentos até 24 de fevereiro de 2023, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de RS96.526 em euro e libra, e de RS171.918 em dólar).

(2) Swap de moeda estrangeira (dólar e CDI x dólar) (RS1.108.160) - operações de swap contratadas com vencimentos até 23 de setembro



continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Fatores de Risco	Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	95.195	118.994	142.793
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(116.929)	(146.161)	(175.393)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	20.402	25.503	30.604
	Exposição Líquida	(1.332)	(1.464)	(1.894)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	1.280.254	1.600.368	1.920.441
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(1.391.527)	(1.739.409)	(2.087.291)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	111.449	139.311	167.174
	Exposição Líquida	216	270	324
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	51.003	61.436	36.046
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(51.003)	(61.436)	(36.046)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	2.823	3.529	4.411
Opex em US\$	Opex (Risco aumento US\$)	(2.823)	(3.529)	(4.411)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)	Derivativos (Risco queda CDI)	86.137	101.998	117.558
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(76.236)	(76.203)	(77.124)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Exposição líquida	9.901	25.795	40.434
		8.785	24.401	38.762
		-	15.616	29.577

Exposição líquida total em cada cenário

Efeito líquido na variação do valor justo atual

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Variável de Risco

US\$

EUR

IPCA

IGPM

CDI

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de hedge de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2022, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

d) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		1.359.061	6.187.360	1.359.061	6.187.360
Aplicações financeiras (nota 4)	1		1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber (nota 5)	1		8.393.728	8.064.097	8.393.728	8.064.097
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	113.501	6.451	113.501	6.451
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		93.142	132.963	93.142	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		245.363	218.536	245.363	218.536
<b>Não Circulante</b>						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		43.295	37.044	43.295	37.044
Contas a receber (nota 5)	1		399.029	470.882	399.029	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	54.422	54.433	54.422	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		48.438	97.523	48.438	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		164.490	332.721	164.490	332.721
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>10.905.585</b>	<b>15.632.119</b>	<b>10.905.585</b>	<b>15.632.119</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores (nota 17)	1		7.169.209	7.085.058	7.169.209	7.085.058
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		1.073.090	224.606	1.073.090	224.606
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	3.278.459	2.903.797	3.278.459	2.903.797
Debitures (nota 21)	1		236.833	1.028.463	236.833	1.028.787
Licenças SG (nota 21)	1		652.301	2.746.342	652.301	2.746.342
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		545.830	-	545.830	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	86.532	4.538	86.532	4.538
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	3		16	-	16	-
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		35.502	47.976	35.502	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 23)	1		62.354	43.144	62.354	43.144
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		112.547	127.729	112.547	127.729
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		-	4	-	4
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	8.212.643	8.317.073	8.212.643	8.317.073
Debitures (nota 21)	1		3.500.000	-	3.500.000	-
Licenças SG (nota 21)	1		1.191.670	1.704.464	1.191.670	1.704.464
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	77.593	69.022	77.593	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		734.833	517.147	734.833	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		995	1.002	995	1.002
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>26.970.207</b>	<b>24.820.115</b>	<b>26.970.207</b>	<b>24.820.689</b>

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Consolidado			
			Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		2.273.834	6.448.483	2.273.834	6.448.483
Aplicações financeiras (nota 4)	1		1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber (nota 5)	1		8.691.114	8.100.269	8.691.114	8.100.269
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	113.501	6.451	113.501	6.451
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		93.142	132.963	93.142	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		253.144	301.427	253.144	301.427
<b>Não Circulante</b>						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		43.295	37.238	43.295	37.238
Contas a receber (nota 5)	1		399.029	470.882	399.029	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	44.522	54.433	44.522	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		48.438	97.523	48.438	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		181.085	364.861	181.085	364.861
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>12.142.120</b>	<b>16.044.639</b>	<b>12.142.120</b>	<b>16.044.639</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores (nota 17)	1		7.415.798	7.132.402	7.415.798	7.132.402
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		1.073.090	224.606	1.073.090	224.606
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	3.503.167	2.907.481	3.503.167	2.907.481
Debitures (nota 21)	1		236.833	1.028.463	236.833	1.028.787
Licenças SG (nota 21)	1		652.301	2.746.342	652.301	2.746.342
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		554.554	-	554.554	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	86.532	4.538	86.532	4.538
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	3	Nível 2	16	-	16	-
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		35.502	47.976	35.502	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 23)	1		63.460	43.964	63.460	43.964
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		118.303	134.221	118.303	134.221
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		-	4	-	4
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	8.529.436	8.322.618	8.529.436	8.322.618
Debitures (nota 21)	1		3.500.000	-	3.500.000	-
Licenças SG (nota 21)	1		1.191.670	1.704.464	1.191.670	1.704.464
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		60.745	-	60.745	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	77.593	69.022	77.593	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		734.833	517.147	734.833	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		6.421	3.640	6.421	3.640
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>27.840.254</b>	<b>24.886.888</b>	<b>27.840.254</b>	<b>24.887.212</b>

Classificação por categoria:  
(1) Custo amortizado  
(2) Mensurado a valor justo por meio do resultado  
(3) Mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente

a) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças SG, retenção contratual e contraprestação contratual decorrentes da aquisição das sociedades (nota 2.4) e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em FIDC e contas a receber de direitos creditórios (FIDC Vivo Money).

Os índices de endividamento líquido da controladora e consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	1.359.061	6.187.360	2.273.834	6.448.483
Aplicações financeiras	1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber - FIDC Vivo Money	-	-	158.259	25.071
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças SG e passivos pela aquisição de sociedade	(18.690.626)	(16.924.749)	(19.301.796)	(16.933.978)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(6.118)	(12.676)	(6.118)	(12.676)
<b>Endividamento líquido</b>	<b>17.336.667</b>	<b>10.719.956</b>	<b>16.874.805</b>	<b>10.442.991</b>
Patrimônio líquido	68.003.740	69.927.196	68.455.847	70.006.196
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>25,34%</b>	<b>15,33%</b>	<b>24,65%</b>	<b>14,92%</b>

f) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

f.1) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$26.979 mil, €17.264 mil e €66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2022 e US\$21.129 mil, €14.124 mil e €66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2021), para minimizar seus riscos cambiais.

f.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (hedge cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$2.220.385 e R\$6.344.942 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (CDBs) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis destes instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

f.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

f.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativos para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas inadimplidas contendo o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

f.5) Riscos ambientais

As operações e propriedades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se a Companhia não conseguir cumprir requisitos legais presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, terá de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de investigação e remediação, indenizações, compensações, ajustamento de conduta, multas, suspensão de atividades e outras penalidades. Investimentos para melhorar as instalações ou alterar as operações, além de danos à reputação da Companhia frente ao mercado.

A identificação de novas questões ambientais relevantes, a alteração nos critérios de avaliação por parte das agências reguladoras, entrada em vigor de leis e regulamentos mais restritivos ou outros eventos não previstos podem vir a resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum desses fatores poderia ter um efeito adverso material sobre o negócio, o resultado das operações e situação financeira e patrimonial da Companhia. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605/1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), cabendo ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao meio ambiente.

As mudanças climáticas representam uma série de riscos ambientais potenciais para operadores de telecomunicações, como a Companhia, tanto do ponto de vista regulatório quanto físico. O aumento na intensidade e frequência de eventos extremos de precipitação, ciclones, inundações e queimadas podem danificar, suspender ou interromper por um período indeterminado as operações de transmissão da Companhia. Se ocorrerem graves desastres naturais sucessivamente, a Companhia poderá não ter recursos suficientes para reparar sua infraestrutura em tempo oportuno e de forma econômica.

Em uma análise quantitativa realizada, nota-se que o aumento da temperatura afeta diretamente as condições operacionais dos equipamentos de rede da Companhia, podendo provocar falhas, desgaste acelerado e perda de ativos e, portanto, aumenta os riscos de interrupções do serviço, sendo o resfriamento dos equipamentos essencial para a operação da Companhia. Logo, o aquecimento global, também pode elevar nossas necessidades de refrigeração, uso de energia e os custos operacionais aumentarem.

O setor de telecomunicações não é especialmente dependente de combustíveis fósseis, mas é muito dependente do consumo de eletricidade para suas redes, de modo que um aumento nos preços da eletricidade devido à escassez de recursos naturais pode ter um impacto significativo nas despesas operacionais da Companhia, relacionadas à energia. O impacto econômico estimado desse risco o classifica como substantivo, no horizonte de 2030.

Para gerenciar os riscos climáticos, a Companhia promove programas de eficiência energética e planos de energia renovável e geração distribuída de energia, além de ter uma área dedicada de continuidade de negócios, orientada pelo *Global Business Continuity Regulation* ("GBC"), que prescreve a gestão preventiva de riscos, garantindo a resiliência de suas operações antes de qualquer eventual interrupção.

f.6) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; aspectos concorrenciais, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através



continuação



**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.884-1



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**35. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**a) Investimentos do Vivo Ventures ("VV")**

Em 18 de janeiro de 2023, o VV, realizou um investimento de R\$10 milhões no Klubi Participações S.A. ("Klubi"), por meio de aquisição de debêntures conversíveis em participação acionária. O Klubi é uma *fintech* autorizada pelo Banco Central para operar como administradora de consórcios no Brasil, que atualmente oferece consórcio de automóveis.

Este é o segundo investimento do VV, lançado há oito meses. O objetivo do investimento é reforçar a presença da marca Vivo na área de soluções financeiras, na qual já oferece serviços como a plataforma de crédito pessoal Vivo Money, a conta digital Vivo Pay, os cartões de crédito *co-branded*, além de seguros para celular e *tablet*.

**b) Aprovação da incorporação da Garliva**

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 1º de fevereiro de 2023, aprovou a incorporação da Garliva ("Incorporação"), conforme descrito no fato relevante divulgado pela Companhia em 16 de dezembro de 2022 (nota 1.d.6).

A Incorporação depende da obtenção da anuência prévia da ANATEL e da conclusão de procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica. Diante disso, a eficácia da deliberação está condicionada a nova deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião a ser realizada especialmente para este fim, para verificação da ocorrência de referidas condições, quando, então, a Incorporação se tornará eficaz.

A Incorporação aprovada não resultará em aumento de capital, emissão de novas ações ou em alteração nas participações dos acionistas da Companhia, não havendo, portanto, que se falar em relação de substituição de ações ou direito de resgate.

**c) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio Intermediários**

Em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2024, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2023, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Deliberação CVM nº 143/2022, no montante bruto de R\$106.000, equivalente a 0,063772 por ação, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$90.100, equivalente a 0,054206 por ação, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2023.

O valor de juros sobre o capital próprio por ação informado acima poderá sofrer ajustes futuros, até 28 de fevereiro de 2023, em função de eventuais aquisições de ações no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia.

O pagamento destes proventos será realizado até 31 de julho de 2024, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 28 de fevereiro de 2023.

**d) Programa de recompra de ações da Companhia e cancelamento de ações em tesouraria da Companhia**

Em 15 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 15, inciso XV do Estatuto Social e da Resolução CVM nº 77/2022, aprovou: (i) um novo programa de recompra de ações da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital, e (ii) cancelamento de 13.381.540 ações ordinárias mantidas em tesouraria.

A recompra das ações será efetuada, na quantidade máxima de 40.550.121 ações ordinárias, mediante a utilização de recursos disponíveis nos termos do artigo 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77/2022, tais como reservas de lucros, de capital e resultados conforme realizados no exercício social em andamento. O valor máximo a ser utilizado no programa é de R\$500 milhões.

Este programa terá vigência a partir de 23 de fevereiro de 2023 (um dia imediatamente posterior à data de término do programa de recompra de ações atualmente em vigor) e término em 22 de fevereiro de 2024.

As aquisições serão realizadas na Bolsa de Valores (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos no Programa e na regulamentação aplicável.

**e) Pedido de Anuência à ANATEL - Redução de Capital da Companhia**

A Companhia, na forma e para fins do disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do disposto na Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, informou em 15 de fevereiro de 2023 que seu Conselho de Administração aprovou a apresentação, pela Companhia, de pedido de anuência prévia junto à ANATEL para ter a possibilidade de efetuar a redução do seu capital social ("Redução").

O pedido de anuência objetiva oferecer à Companhia flexibilidade para reduzir seu capital social em até R\$5 bilhões (cinco bilhões de reais), em uma ou mais etapas no curso de exercícios futuros, conforme avaliação da Administração acerca das condições financeiras da Companhia. Caso permitida pela ANATEL a julgada adequada pela Companhia, a Redução será efetivada mediante a restituição de recursos aos seus acionistas na proporção de sua participação acionária e sem o cancelamento de suas ações.

**f) Datas de pagamentos dos dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados no exercício de 2022**

Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas que os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 16 de fevereiro de 2022, 17 de março de 2022, 13 de abril de 2022, 14 de junho de 2022, 19 de agosto de 2022 e 9 de dezembro de 2022, bem como os dividendos adicionais a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), serão pagos nos dias 18 de abril de 2023 e 18 de julho de 2023, conforme detalhado no aviso aos acionistas divulgado pela Companhia.

**DIRETORIA**

**Christian Mauad Gebara**  
Diretor Presidente

**David Melcon Sanchez-Friera**  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

**Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**  
Secretário Geral e Diretor Jurídico

**Carlos Cesar Mazur**  
Contador - CRC - 1PR-028067

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações e em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso III, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Gabriela Soares Pedercini**  
Conselheira Fiscal (efetivo)

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.  
**Cremêlo Medola Netto**  
Conselheiro Fiscal (efetivo)

**Charles Edwards Allen**  
Conselheiro Fiscal (efetivo)

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE**

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VIII, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**José Maria Del Rey Osório**  
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.  
**Alfredo Arahuetes Garcia**  
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

**Juan Carlos Ros Bruguera**  
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Eduardo Navarro de Carvalho**  
Presidente do Conselho de Administração

**Ana Theresa Masetti Borsari**  
Conselheira de Administração

**Christian Mauad Gebara**  
Conselheiro de Administração

**Ignácio Moreno Martinez**  
Conselheiro de Administração

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.  
**José Maria Del Rey Osório**  
Conselheiro de Administração

**Solange Sobral Targa**  
Conselheira de Administração

**Alfredo Arahuetes Garcia**  
Conselheiro de Administração

**Andrea Capelo Pinheiro**  
Conselheira de Administração

**Denise Soares dos Santos**  
Conselheira de Administração

**Francisco Javier de Paz Mancho**  
Conselheiro de Administração

**Jordi Gual Solé**  
Conselheiro de Administração

**Juan Carlos Ros Bruguera**  
Conselheiro de Administração

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Telefônica Brasil S.A.  
São Paulo - SP

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria ("PAA")**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Reconhecimento de receita**

Conforme descrito na nota explicativa 25 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita operacional líquida reconhecida pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$46.052.951 mil (controladora) e R\$48.041.162 mil (consolidado), substancialmente decorrente de serviços de telecomunicações prestados e produtos vendidos. O processo de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas é complexo, devido ao grande volume de transações e ampla gama de serviços e mercadorias, que podem ser prestados e vendidos de forma separada ou agregada, considerando condições comerciais distintas. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui grande número de aplicativos e sistemas. Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:**

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (a) O entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras; (b) Exames documentais de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em base amostral; (c) Entendimento dos critérios adotados pela Administração da Companhia e de suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada no final do período; (d) Rastreamento da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como a comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento do balanço patrimonial; e, (e) Revisão da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os controles internos mantidos pela Companhia e de suas controladas, as estimativas utilizadas pela Administração, bem como as divulgações realizadas, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita.

**Provisão para contingências tributárias e regulatórias**

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas tributária, regulatória, cível e trabalhista, que surgem no curso normal de seus negócios, conforme divulgado nas notas explicativas 8(g) e 20. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam assuntos com discussão em diversas esferas, relativamente às áreas tributária e regulatória, nos montantes de R\$65.838.513 mil e de R\$7.313.659 mil, respectivamente, dos quais R\$2.587.865 mil e R\$1.869.035 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado pela Administração a partir da posição de seus assessores jurídicos.

A determinação do valor da provisão e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração, a partir da análise dos processos e dos correspondentes projetos de sua resolução final pelos seus consultores jurídicos. A avaliação da Administração sobre a probabilidade de perda nos processos tributários é complexa, altamente subjetiva e baseada em interpretações da legislação tributária e decisões judiciais, pois há incerteza significativa nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais, a evolução da jurisprudência e a posição das autoridades fiscais.

Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:**

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (a) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências; (b) Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a Administração para entender e avaliar os controles internos relacionados a identificação e monitoramento dos tratamentos fiscais incertos, a mensuração e o reconhecimento da obrigação, quando aplicável; (c) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela Administração dos valores e as probabilidades de perda; (d) Seleção, em base amostral, de processos tributários e regulatórios relevantes, para a avaliação de nossos especialistas quanto à razoabilidade dos prognósticos de perda, sugestões e/ou testes de defesa; (e) Reunião com a Administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes; e (f) Revisão da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro das provisões, bem como para as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos e representantes de forma razoável.

**Teste de redução ao valor recuperável ("impairment") do ágio**

Conforme descrito na nota explicativa 14 as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas possui registrado em seu ativo intangível, ágio no valor de R\$26.361.829 mil (consolidado) em 31 de dezembro de 2022, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, decorrente de combinações de negócios ocorridas ao longo dos anos. A Administração realizou ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio associado com a única Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da Companhia que fornece todos os serviços de telecomunicações por meio de uma rede amplamente integrada.

A Administração determinou o valor recuperável de sua única UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da Administração, tais como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Este assunto foi considerado como um dos principais em nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo do ágio, bem como o fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:**

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (a) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio; (b) Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos e terceiros, analisamos a razoabilidade do modelo de cálculo utilizado pela Administração para preparar as projeções e das principais premissas utilizadas, como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado; (c) Teste da coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia; (d) Análise de sensibilidade das principais premissas para avaliar situações em que as variações resultariam em eventual necessidade de registro de *impairment*; e, (e) Revisão da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na avaliação do valor recuperável para fins do teste de *impairment* do ágio são razoáveis.

**Combinação de negócios - Aquisição Garliva (Ativos Móveis da OI)**

A Companhia realizou combinações de negócios no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, das quais, a mais relevante, foi a efetivação da aquisição da totalidade das ações da Garliva RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., em 20 de abril de 2022, cujo valor de aquisição montou R\$5.491.584 mil, conforme divulgado na nota explicativa 21.6. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo e da determinação do preço de aquisição nessa combinação de negócios pela Administração e envolveu, inclusive, a contratação de especialistas externos e o exercício de julgamentos sobre

estimativas críticas. As estimativas utilizaram dados e premissas subjetivas tais como a projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a análise da probabilidade de perdas em contingências, bem como os reflexos tributários das combinações de negócios. Por essas razões, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:**

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (a) Leitura do conjunto de acordos e dos principais documentos que suportaram a aquisição, bem como, realizamos reuniões com a Administração e com os consultores externos da Companhia para entendimento da transação e dos respectivos impactos jurídicos e contábeis relacionados com essa aquisição; (b) Avaliação da competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela Administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios; (c) Com o apoio de nossos especialistas e terceiros, avaliamos a razoabilidade da metodologia e das principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as, sempre que possível, com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e segmento de atuação; (d) Revisão da avaliação da Administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a adquirida; (e) Verificação dos principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios; e (f) Leitura das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na avaliação, mensuração, registro e divulgação da referida operação são razoáveis.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 18 de fevereiro de 2022.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres do distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Procuramos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.**  
CRC 25P-031.269/0-1

**Nelson Varandas dos Santos**  
Contador CRC 15P-197.110/0-3

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001 que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000100 Pub. 1602/22/2023  
A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link  
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/16/TELEFONICA1567761316022023.pdf>  
Hash: 16765048249449b9bf2374c6ab848ea49b2bbe0bd